



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 15 DE MAIO 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Boa tarde a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 8ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão, do ano de 2023.

Esta audiência tem como objetivo atender ao requerimento 07/2023, de minha autoria, que estendo também para o Vereador Hélio Rodrigues e para a Vereadora Luna Zarattini, para debater a deterioração da região central de São Paulo.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/, e também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 04/05/2023.

As inscrições para pronunciamento por videoconferência foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 4 de maio de 2023, pelo portal da Câmara Municipal na internet.

Declaro abertas as inscrições para o pronunciamento presencial junto à secretaria da Comissão, aqui à minha esquerda.

Foram convidados para esta audiência pública: a Sra. Elza Paulina de Souza, Secretária Municipal de Segurança Urbana, representada, neste ato, de forma *online*, pelo Sr. Josué de Andrade Mello, Chefe de Gabinete; a Sra. Soninha Francine, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; o Sr. Carlos Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, representado, neste ato, de forma *online*, pela Sra. Isabel Figueiredo Pereira de Souza, Assessora Técnica do Gabinete da SMADS; o Coronel Alvaro Batista Camilo, Subprefeito da Sé, representado pelo Coronel Genivaldo Antonio; o Sr. Luis Felipe Miyabara, Subprefeito da Vila Mariana, presente de forma *online*; o Sr. Leonardo William Casal Santos, Subprefeito de Pinheiros; o Sr. Luiz Artur Vieira Caldeira, Coordenador de Vigilância em Saúde - Covisa, representado pelos Sr. Manoel Bernardes de Lara Júnior, Diretor da Divisão de Vigilância de Produtos e Serviços de Interesse da Saúde que está acompanhado pelo

Coordenador de Vigilância Sanitária e pelo Sr. Osmar, Coordenador Geral, ambos da UVIS-Sé; João Manoel da Costa Neto, Diretor Presidente da SP Regula, representado pelo Sr. Maurício Nastari, Gerente de Iluminação Pública do SP Regula e pelo Sr. Mauro Haddad Nieri, Gerente de Saneamento Ambiental, ambos de forma *online*; o Sr. Guilherme Prendes Borges Higa, Coordenador de Postura Urbanas – Copurb, da Secretaria das Subprefeituras, e o Sr. Leandro Fonseca Campos, Diretor do Programa de Silêncio Urbano – Puiu, ambos de forma *online*; Coronel PM Cássio Araújo de Freitas, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, representado, neste ato, pelo Coronel PM Paulo Mello e pelo Major PM Malagutti Oficial de Operações; Dr. Artur José Dian, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo, representado, neste ato, pelo Dr. Jair Barbosa Ortiz, da Seccional Centro; Inspetor Superintendente Agapito Marques, Comandante Geral da Guarda Civil Metropolitana; o Sr. Jair de Souza Dias, Presidente da CET, representado pelo Sr. Helson Gonçalves Junior, Gerente de Engenharia de Tráfego Centro Norte, presente de forma *online*; o Sr. Joaquim Saraiva de Almeida, Presidente da Seccional São Paulo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel, representado, neste ato, pelo Sr. Leonardo Ramos, Diretor Executivo e pelos conselheiros Luisa Saliba e Leo Henry – ainda não confirmada a presença; o Sr. Wilson Luiz Pinto, Presidente do Sindicato de Restaurantes, Bares e Similares de SP – SindResBar, ainda não confirmada a presença; o Sr. Dr. Roberto Mateus Ordine, Presidente da Associação Comercial de São Paulo, representado pelo Dr. Antônio Carlos Pela, Vice-Presidente e Coordenador do CPU - Conselho de Política Urbana da ACSP, presente de forma *online*; o Sr. Gabriel Moraes Basila, representante do Movimento Bares em Defesa do Centro, neste ato, representado pelo Sr. Luis Guilherme Ferreira; o Sr. Igor Galvão de França, representante do Comitê Popular do Centro e Adjacências. Os Srs. Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

Obviamente, todos que foram convidados, nós queríamos ouvir. Sou daqueles que quanto mais nós demorarmos aqui, mais vocês terão as suas funções lá prejudicadas. Se bem que aqui é a Casa de Leis e esta é uma audiência pública para ouvi-los.

A Soninha me conhece bem, sabe da minha praticidade.

Eu proporia que todos vocês tenham momento da fala. Se eu chamar um por um não sairemos daqui hoje. A questão central, representantes dos bares, poderia fazer uma explanação do que se passa. Em seguida, eu poderia fazer o seguinte, passar para o comando da segurança. Nós temos a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Metropolitana. Poderia ser dessa maneira, sem prejudicar.

Obviamente, as inscrições de mesa, não são inscrições de público, poderíamos permitir conforme a solicitação de cada um, intercalando.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, mas para entrar na questão central, nós verificamos qual é a demanda, as necessidades dos bares, em seguida, a Segurança Pública e deixo abertas as inscrições de mesa. Pode ser assim, sem demérito a nenhuma participação?

Vocês que estão *on-line*, concordam com esta dinâmica?

(NÃO IDENTIFICADO) – Da nossa parte sim. Pode sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vocês também vão me ajudar, porque a lista é bem pomposa. Quem vai falar pelos representantes dos bares? Chamo um ou mais de todos presentes. Começamos com o Luis Guilherme Ferreira? Tem a palavra.

Há uma exposição por parte do Dr. Jair, para ser feita?

O SR. JAIR BARBOSA ORTIZ - Se for necessário, tenho material para fazer exposição, mas vai depender da dinâmica da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos ouvir então...

O SR. JAIR BARBOSA ORTIZ – As nossas explicações são numéricas, para explicar como estão funcionando as coisas em Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu acho salutar, sim.

O SR. JAIR BARBOSA ORTIZ – Então, podemos fazer a exposição, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, pelos bares. Começamos com o Luis

Guilherme, por gentileza. Peço ainda um favor, se apresente e o que representa para constar nos anais, já tem a palavra.

O SR. LUIS GUILHERME FERREIRA – Perfeito. Obrigado, Presidente.

Meu nome é Luis Guilherme Ferreira, estou representando Bares pela Democracia, que é um grupo que se formou no final do ano passado, em função das eleições. Depois da pauta encerrada, o grupo continuou com outras demandas que foram surgindo. Entre elas estão, principalmente, os bares do centro de São Paulo, as fiscalizações, o convívio com a violência, e outras questões públicas que estão na pauta.

A gente se articulou, recentemente, fizemos uma carta aberta que eu gostaria de ler, uma vez que ela condensa bastante as nossas demandas e também o que vem ocorrendo, assim como as nossas proposições também. Vou ler a nossa carta aberta.

“Nós, integrantes da articulação Bares pela Democracia resolvemos apresentar uma posição coletiva sobre o que tem ocorrido na noite paulistana, em especial na região do Centro expandido.

Somos pequenos bares e centros culturais espalhados pelo centro de São Paulo. Fomos os primeiros a serem fechados na pandemia e os últimos a serem reabertos. Muitos não resistiram, fecharam as portas. Segundo estimativas, foram 12.000 estabelecimentos do setor fechados só em São Paulo. Apenas com a vacinação, que passou a ocorrer e meados de 2021, é que fomos autorizados a voltar a funcionar.

Porém, junto ao retorno às atividades, do ano de 2022, enquanto muitos bares mal haviam se recuperado da pandemia, o que se viu foi uma intensificação sem precedentes da fiscalização, por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo. Queremos deixar bastante nítido: o problema não é a fiscalização acontecer, mas a forma como tem sido feita. São inúmeros os relatos de abusos e a desproporção na aplicação da lei.

Bares com licenças em dia tiveram suas mesas e cadeiras confiscadas, outros foram multados com as portas fechadas, e empresas foram lacradas de forma truculenta, por supostamente emitir mais ruídos do que o permitido no começo da noite, com poucas pessoas

conversando. São Paulo é uma cidade que produz muito ruído, normalmente o barulho ambiente já é maior do que o limite estabelecido na lei, não deixando assim nenhuma margem para que possamos desenvolver nossas atividades.

Aqui falamos especialmente da Lei do Psiu que, com apenas três autuações, tem o poder de lacrar um estabelecimento, gerando mais de R\$ 70.000,00 em multas. Esse valor é igual para o boteco da sua esquina e para o estádio que recebe grandes *shows*.

Mas o fechamento do estabelecimento significa muito mais do que prejuízo para o proprietário: significa cortar o ganha-pão de milhares de pessoas direta e indiretamente. São funcionários, fornecedores e artistas que se vêm desamparados abruptamente.

E aqui, que fique explícito, não defendemos que se possa fazer qualquer barulho em qualquer horário do dia.

Acreditamos que todos têm o direito ao descanso, porém é preciso bom senso e a forma como a lei vem sendo aplicada torna impossível o nosso trabalho, mesmo em horários razoáveis e sem abusos em relação ao som.

Dessa forma, nos encontramos em um beco sem saída não conseguimos abrir as portas sem temer que duas pessoas conversando na calçada gerem uma multa astronômica que, em muitos casos, significa o fechamento sumário desse estabelecimento.

Nós geramos diversos empregos diretos, pagamos somas altíssimas de imposto - seja IPTU, taxa de fiscalização, TPUs, impostos sobre produtos ou faturamento -, somos importantes atores no cenário cultural, promovemos a economia local, a cultura e trazemos segurança à comunidade. A resposta à gigantesca rede que ajudamos a compor é a repressão, falta de diálogo e multas, prejudicando a geração de renda dos pequenos e aqueles ao seu redor, uma matemática sem futuro.

Aliado a esse fato, estão as abordagens permanentes por parte da PM e da GCM decorrente de reclamações, muitas vezes fantasiosas da vizinhança, além de campanhas difamatórias que tem, em alguns casos, os Consegs como palco. Basta que alguém tenha um desafeto uma discordância com um determinado estabelecimento, para fazer girar toda máquina

pública contra nós, utilizando a lei como instrumento de perseguição com uma denúncia anônima que conta apenas com o bom-senso do denunciante. Não é preciso nem mesmo que more próximo ao estabelecimento.

Somos vistos como pessoas que não cumprem a lei já de saída, nos discriminam em função do trabalho que realizamos. A função da fiscalização é garantir a segurança e o funcionamento adequado da cidade, quando aplicada com truculência e desmedida severidade serve apenas como aparelho de repressão.

Problemas entre a cidade que dorme de dia e a cidade que dorme de noite são comuns nos grandes centros urbanos, em São Paulo não poderia ser diferente. Existem diversas iniciativas em outros locais que deveriam nos inspirar, como as prefeituras noturnas e os distritos culturais. Devemos lembrar que a cultura é um direito garantido na Constituição que deve ser apoiado, incentivado e valorizado pelo estado e que nós ajudamos a efetivar.

Assim organizados, nos juntamos em uma só voz para buscar diálogo com a Prefeitura de São Paulo, trazendo um debate que reflita a real importância da nossa existência a cidade e que deixe um legado de entendimento entre comunidades e os bares, visando convívio vivo em São Paulo.”

Então, Sr. Presidente, essa é a nossa carta aberta, que fizemos coletivamente. Eu gostaria de pontuar pequenas coisas que são ditas nessa carta, mas que a principal delas é o diálogo. A gente aqui não está reclamando de que haja fiscalização, a gente entende a importância de que isso ocorra, a gente entende a importância do descanso da vizinhança, porém a atuação tem de ser regulamentada, tem de ser melhorada. Porque, como dito aqui, como diversos casos que vão ser trazidos por outros empresários, duas pessoas conversando na porta do seu bar podem te fechar.

Eu tenho dois bares, fiquei três meses lacrado, por denúncias de um vizinho que não mora na casa que ele diz que se incomoda com o barulho. São alguns pontos que têm de ser esclarecidos e, novamente, a gente quer diálogo. A gente quer conversar com a comunidade, com o Poder Público, a gente quer que seja entendido qual é o nosso local em todo esse cenário.

Estamos falando do Centro da cidade de São Paulo e de todos os problemas que ele tem. Acreditamos que podemos ajudar de uma forma positiva, para esse problema. Podemos trazer para o Centro soluções, emprego, segurança, entre diversas outras coisas que podem ajudar a mitigar esses problemas – ou que absorvamos uma parte deles, como a responsabilidade social que nós estamos nos propondo a ter atualmente.

Essa era a exposição que eu tinha para fazer.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Guilherme.

O Vereador Isac Felix, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, está presente de forma *on-line*.

Quero convidar para a Mesa uma companheira que é Presidente da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e proponente, também, desta audiência pública, a Vereadora Luna Zarattini. Solicito uma salva de palmas. (Palmas) Tem a tarefa de me ajudar a presidir. Não pense que é só comparecer. Vai me ajudar, não?

Representando bares e restaurantes, agora, vocês têm de me ajudar. Na ordem, há mais alguém? O senhor por favor se identifique. Já tem a palavra.

O SR. IGOR GALVÃO DE FRANÇA – Boa tarde a todos.

Agradeço o espaço na Câmara Municipal, para realizarmos esta audiência pública. Meu nome é Igor Galvão. Eu estou como porta-voz dos comitês populares do Centro e adjacências. Então, Centro é uma coisa muito ampla. Temos o Centro e o Centro Expandido, mas, mais especificamente, a nossa atuação está na região da Santa Cecília, na Barra Funda, nos Campos Elíseos e no Distrito da Grande Bela Vista e do Bixiga.

Eu gostaria só de pontuar algumas questões sobre as quais pensamos como comitê popular, concatenando com a fala que me antecedeu. Em relação ao Centro de São Paulo, qual é o projeto que esperamos? Eu acho que essa questão dos bares está muito concatenada. Está muito de acordo com o que pensamos como política pública para tratar do Centro.

Então, quando falamos sobre a deterioração do Centro de São Paulo, isso é unânime.

Entendemos e vemos a olhos nus que o Centro de São Paulo se torna, de anos para cá, infelizmente, em alguns locais, inabitável. Isso é muito em relação à conjuntura nacional de avanço da fome e da pobreza, por escolhas políticas do nosso ex-Presidente, que, enfim, graças a Deus, já não está mais no poder, mas essas escolhas políticas fazem com que a fome, o desemprego e essas questões sociais aumentem e sejam mais pujantes.

Só para deixar claro, quando propomos o fim da degradação do Centro, uma resolução para isso, nossa proposição nunca será e não passa por uma proposição higienista, de expulsão e criminalização dos mais pobres que aqui residem. Não é uma solução que passa pela especulação imobiliária. Isso é muito importante de deixar claro. Nem sequer é a espoliação daqueles que estão morando na região, por meio de mecanismos econômicos que expulsam essas pessoas, como a compra e venda da terra no Centro e a produção de moradia que não atende aos interesses da maioria da classe trabalhadora.

Então, pensando em alguns eixos norteadores, do que queríamos apresentar e propor, inclusive, ao Poder Público, um deles é a própria ocupação do Centro. Ela é uma forma de resolver a degradação. O Centro precisa ser habitado pelas pessoas, mas quem são as pessoas que vão habitar o Centro? Nós entendemos que Habitação de Interesse Social precisa ser a ponta de lança para reabilitação do Centro de São Paulo, para trazer as pessoas para moradia no Centro, para que possamos acabar com os cortiços em que muitas pessoas residem, porque não têm outras opções, como as pensões, e dar garantia de qualidade e de moradia digna para essas pessoas. Temos o programa Pode Entrar na cidade de São Paulo, que precisa atacar essa questão e fazer *retrofit* nos prédios abandonados. Recentemente, a Ocupação Mauá passou por um acordo, um financiamento, a partir do programa. Acreditamos nisso, nessa solução do Poder Público.

Para além disso, há a questão dos pequenos comerciantes. A fala que me antecedeu foi sobre o apelo dos pequenos comerciantes. Acreditamos que a Prefeitura de São Paulo precisa pensar em faixa de isenções para os TPUs. Não dá para tratar diferentes de forma igual. Precisamos pensar os TPUs, por exemplo, para quem utiliza as calçadas, de forma a haver faixas

de isenção. Tivemos uma isenção pós-pandemia, mas isso já acabou. Precisamos repensar essas isenções, porque compreendemos que o Centro vivo é um Centro que é habitado. O Centro habitado é um Centro onde há comércio pujante, onde há pequenos comerciantes pujantes, que têm os seus espaços respeitados.

Além disso, vemos que o Centro é um local de muita reciclagem, por onde transitam muitas pessoas que vivem da reciclagem. Como é que podemos concatenar o trabalho desses pequenos bares, desses pequenos comércios, com iniciativas de reciclagem, iniciativas da própria compostagem orgânica, por exemplo? Existem resíduos orgânicos desses bares e restaurantes. Precisamos conseguir gerar emprego e renda com isso, para que façamos com que o Centro tenha emprego e renda para essa população.

Sofremos com um grande problema de iluminação pública nos espaços onde deveríamos habitar, o que não conseguimos, muitas vezes, pela falta dessa política, que é tão mínima. Vou deixar o exemplo de um bar, o Furduncio – inclusive, sua dona está aqui. Fica na Rua João Monteiro. Eu moro no Centro desde 2017. Quando eu me mudei para o Centro, a Rua João Monteiro, que é uma rua bem pequenininha, era uma rua pela qual não se passava. Você não passava pela Rua João Monteiro, porque ela era perigosa, porque não havia nada naquela rua. Depois que o bar Furduncio abriu, sozinha, com os seus trabalhadores, com os seus colaboradores, ela transformou aquela rua em um espaço habitável, porque trouxe habitação para aquele espaço. Ocuparam aquele espaço de forma cultural, com empregos e com a própria iluminação do bar, que deixa a rua muito mais segura. Então, acho que esse é um exemplo do que buscamos para o Centro.

Só para finalizar, cito o incentivo de uso das praças e parques. Vou dar outro exemplo muito rápido: no ano passado, estávamos ensaiando um bloco de Carnaval e fazíamos ensaios abertos na Praça Olavo Bilac, toda segunda-feira. Ora, os ensaios começavam às 7h e terminavam às 9h – um horário razoável. O nosso primeiro ensaio tivemos de encerrar, porque houve uma reclamação. Precisamos encerrar. A Praça Olavo Bilac estava muito mais segura com a nossa presença ali. É uma praça onde vários trabalhadores circulam para passar para

suas casas, na direção do metrô, do Minhocão. Estava muito mais segura com a nossa presença ali, mas tivemos de nos retirar.

Por fim, também deixo a sugestão de que pensemos um POT, um Programa Operação Trabalho, específico para o Centro, para concatenar essas iniciativas. O POT é uma iniciativa fundamental do estado para que possamos avançar e garantir empregabilidade para as pessoas em vulnerabilidade. Sabemos que o Centro tem vulnerabilidade, sim. Então, como é que podemos pensar, com a Secretaria de Trabalho, inclusive, o orçamento, para que consigamos requalificar o Centro por meio do emprego, também? Então, é preciso um POT central para que possamos fazer zeladoria urbana e, inclusive, fiscalização desses espaços e uma segurança cidadã, para que possamos qualificar essas pessoas, por meio da reciclagem e da compostagem, em parceria com os bares, com os restaurantes, com os comércios.

Precisamos utilizar esse potencial para salvar o Centro, mas salvar o Centro não é com tiro, porrada e bomba. Não é expulsando os mais pobres, nem sequer aqueles que geram emprego na nossa cidade, que são bares, restaurantes e comércio. Precisamos ter um encaminhamento pactuado e que seja bom para todo mundo.

Enfim, acho que essas eram algumas das demandas que tínhamos pensado em trazer, de políticas públicas que consideramos que podem ajudar a melhorar, sim, o Centro, e que precisam ser pensadas e consideradas pelo Poder Público.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Igor.

A Associação Comercial deixarei por último, mas não é menos importante.

O Presidente do Sindicato de Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo, SindResBar, o Sr. Wilson Luiz Pinto, conectou? Há alguém? (Pausa) Há Presidente da Seccional São Paulo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, a Abrasel? Quem a representa? Por favor, tem a palavra. Venha à Mesa, por gentileza. É a Dona Luisa? Por que é que na hora não identifiquei? Chegou agora? Muito obrigado, Dona Luisa. Tem a palavra. Faça a gentileza de se identificar para constar nos anais.

A SRA. LUISA SALIBA – Boa tarde a todos.

Meu nome é Luisa Saliba. Eu sou proprietária da Rota do Acarajé, na Santa Cecília, há 20 anos. Sou moradora do bairro Vila Buarque, ao lado da Santa Cecília, exatamente a 400 metros do comércio. Sou moradora há 11 anos e faço parte da diretoria da Abrasel São Paulo, uma entidade que lutou e luta conosco fervorosamente para que sobrevivamos e sofram menos como donos de bares e restaurantes. Tenho muita história para contar da pandemia, mas no momento correto eu posso voltar a falar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Muito obrigado, Dona Luisa. As inscrições estão encerradas, okay? Na sequência, acho que, com relação aos representantes do setor, está okay, não é? São todos os que foram convidados e que aqui estiveram.

Vou fazer o seguinte. Vamos para o comando da nossa Guarda Civil Metropolitana. Da próxima vez, chamem menos convidados. Inspetor Guilherme, muito obrigado. Tem a palavra.

O SR. JOÃO PAULO GUILHERME DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Boa tarde, Vereador.

De tudo que eu ouvi até agora, justamente, nós participamos da cidade. A Guarda Civil participa efetivamente na proteção dos agentes e das pessoas que estão em nossa cidade. Em todas as ações que nós fazemos, de zeladoria, de proteção ao cidadão, sempre observamos e preservamos, justamente, o maior valor da nossa sociedade, que é a vida.

Dessa forma, nós estamos agora revitalizando o Centro, como foi falado, para trazer mais segurança, trazer comércio, novamente, fazer ocupação do espaço. Como foi dito, nós estamos fazendo agora a revitalização do triângulo histórico. Temos 10 viaturas. O triângulo histórico compreende o perímetro da Praça da Sé até a São Bento, através da Boa Vista, da São Bento, pela Líbero Badaró, até a Benjamin Constant e a Rua Benjamin Constant. Nós temos 10 viaturas nesse perímetro, para justamente fazer com que o comércio retorne à cidade, ocupe o espaço, trazendo mais segurança para essas pessoas. Nós temos 14 entradas no triângulo

histórico, sendo quatro as mais importantes, onde nós deixamos as viaturas circulando, principalmente dentro das áreas da São Bento, da XV de Novembro, da Rua da Quitanda, da Rua do Tesouro, enfim, para dar mais segurança.

Queremos um Centro mais seguro, um espaço onde nós possamos atuar de uma forma tranquila, onde as pessoas possam fazer suas compras, fazer a ocupação desse espaço, que é um espaço muito rico na arquitetura, muito rico em toda a história que traz o Centro, desde a fundação, ali, no Pateo do Collegio, onde deixamos viaturas, também. É um local muito visitado, bem como o Marco Zero, ali, em frente à catedral. Estamos com diversas ações nessa região, principalmente, com o apoio da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Subprefeitura Sé. Estamos todos unidos para tentar deixar a região um pouco melhor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Inspetor Guilherme. Eu não tenho o seu sobrenome na tela.

O SR. JOÃO PAULO GUILHERME DOS SANTOS – Meu nome é João Paulo Guilherme dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está bem.

Vereadora Luna Zarattini, precisa ir até a Prefeitura? Tem a palavra. Depois, volte. Está bem?

A SRA. LUNA ZARATTINI – Isso. Eu volto.

Primeiramente, boa tarde a todos, a todas e a todes. Boa tarde, também, a quem está presente de forma virtual.

Eu me chamo Luna Zarattini. Também sou Vereadora pelo Partido dos Trabalhadores e quero começar saudando a iniciativa desta audiência. Na verdade, é esse o papel, também, do Legislativo, de conseguir fazer esses diálogos e de avançar em vários debates que estão acontecendo na cidade.

Eu acho que o que temos vivido, principalmente na região central, é uma deterioração do Centro, como foi falado. Há um aumento da população em situação de rua. Hoje, temos 52 mil pessoas em situação de rua e uma grande insegurança.

Por outro lado, também há um ataque e, de certa forma, uma perseguição a trabalhadores e a pessoas que estão com seus comércios e seus bares. Eu digo isso porque eu acho que é muito além do que seguir leis, como a lei do Psiu ou leis que estão acontecendo. Acho que existem outros tipos e é importante que quem dos bares esteja presente relate essas questões, porque aqui é uma audiência pública. Então, é importante ouvir relatos que temos recebido e ouvido, de algumas coisas que vão, um pouco, na contramão, assim.

Tendo a concordar que, muitas vezes, a questão da segurança envolve uma questão de ocupação e revitalização dos espaços. Inclusive, se pegarmos a literatura da questão do urbanismo, do diálogo na cidade, quando há participação, pertencimento e relação das pessoas com a cidade, tendemos a ter uma maior integração. Há até uma jornalista que escreve sobre a questão das cidades que fala que, quando temos a ocupação desses espaços, as pessoas viram os olhos da rua. Isso é uma forma de as pessoas se encontrarem, se reconhecerem, existirem. O que estamos vendo é uma São Paulo que está indo na contramão.

Inclusive, eu sou Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, como o Vereador Jair Tatto disse, e fizemos uma longa discussão sobre a questão da população em situação de rua nessa última sexta-feira, sobre os catadores e as catadoras. Como podemos construir políticas públicas para que, de fato, atendamos a uma questão de desigualdade da nossa cidade e, ao mesmo tempo, possamos pensar um Centro com vida, onde tenhamos a retomada da cidade?

Então, eu acho que esta audiência vem em um bom momento, para ouvirmos essas questões, acolher essas questões, atender essas demandas e conseguir fazer o diálogo necessário. Inclusive, é muito importante que a Secretaria de Direitos Humanos, Soninha, esteja presente. Quero agradecer a presença da Soninha, da polícia, enfim de outros órgãos, porque é assim que a gente resolve as questões, a partir da discussão dos interesses de cada parte; a partir do que deveria acontecer e não está acontecendo ou de como a gente pode entender que algumas coisas estão indo além do que é cobrar sobre o horário, do que é de fato permitir que esses trabalhadores possam trabalhar e do que de fato é a questão cultural da nossa cidade,

que são os bares.

Por último, eu acho um pouco engraçado, assim, a gente tem recebido – nosso mandato - algumas denúncias de empreendimentos privados que estão fazendo obras às 2, 3, 4h da manhã. Muitas pessoas me procuram falando sobre esses empreendimentos privados, que elas não conseguem dormir. E aí a gente fala: bom, tem a Lei do Psiu, porque para obras que são públicas tem uma exceção, porque são obras nas vias, mas para empreendimentos particulares eu não vejo essa mesma fiscalização.

Gente, não foi uma, duas, três, quatro reclamações que chegaram até o nosso mandato. Foram muitas reclamações de pessoas no Centro que não conseguem dormir por conta de obras desses empreendimentos. É importante a gente fazer o debate, de como a cidade é regulada para alguns e como ela não é para outros ou como isso acontece de forma diferente. Essa audiência traz esse debate para podermos ter mais qualidade em discutir: que cidade a gente quer, para onde a gente está indo e que cidade a gente pode construir.

Estou há um mês e meio na Câmara, acabei de assumir. Estou à disposição para gente poder fazer esse diálogo, encontrar soluções conjuntas, pensar numa cidade mais humana, que busque desenvolver emprego e renda. Uma cidade onde acolha a questão cultural e que ao mesmo tempo as pessoas possam ter segurança, possam dormir, porque a cidade que não dorme, também tem que dormir. Então, pensar como podemos fazer isso da melhor forma, não de forma truculenta inviabilizando de alguma forma os bares de existirem. Não estamos falando de grandes bares, de grandes restaurantes, de grandes redes. Estamos falando de bares locais, de comércios locais. Acho que isso a gente precisa tomar um certo cuidado.

Fico à disposição. Peço desculpas por sair, surgiu um imprevisto eu vou precisar ausentar, mas assim que eu voltar à Câmara, essa audiência está gravada, vamos recolhendo essas contribuições e espero que a gente consiga trazer. Agradecendo a presença de todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Vereadora Luna Zarattini, certamente começamos hoje uma jornada e V.Exa. vai acompanhar passo-a-passo.

Representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, o Coronel Paulo Melo.

O SR. PAULO MELO – No tocante ao que foi explanado anteriormente sobre perturbação do sossego, nós, agora, ouvimos a questão dos comerciantes se queixando da fiscalização. Porém, quando a Polícia Militar atua, ela atua mediante um chamado 190. Como foi até citado, às vezes, essa perturbação do sossego é alvo de reuniões dos conselhos de segurança comunitária. Quando não, alvo de ofícios pela própria Câmara de Vereadores, para a Polícia Militar, solicitando providências em determinados locais.

Então, não importa a forma como chega ao conhecimento da Polícia Militar, ela é sempre acionada para isso. Nunca vai ter um boletim em que o próprio policial, de iniciativa própria, resolveu intervir em um local, por conta do barulho. Então fica difícil dar uma resposta para a Associação de Bairros de que não vai ser feito isso ou aquilo, porque cada ação é predeterminada por uma solicitação de um morador, de um contribuinte.

No tocante a exageros, todo e qualquer exagero, quando chega ao conhecimento da administração pública, se esse exagero realmente ocorreu, existe uma apuração. Mas o controle estatal dos excessos de ruídos fica complicado falar aqui, porque há conflito de interesses. Aquela pessoa que se sente vitimada, tanto de dia, como de noite, e o estado, seja por meio do governo estadual ou municipal, atua nisso daí. Esse é um ponto.

Quanto a um ponto que foi falado sobre higienização, higienismo, cacetete e bomba, isso não é realidade das ações policiais. O que temos visto, ao longo dos meses, dos anos, quando há necessidade de ação com uso da força, esse uso é feito de maneira escalonada e, por conta de risco, a vida de transeuntes, de comerciantes e clientes, quando há uma manifestação violenta por parte de grupos aqui no Centro. Infelizmente, isso ocorre. Mas também não é uma ação querida, desejada por nenhum órgão de segurança. Pelo contrário, nós temos, semanalmente, policiais e GCMs feridos por arremesso de garrafas. Semana passada, houve, na Praça da República e redondeza, a localização de coquetel molotov, ser jogado contra policiais e GCMs arremesso de pedras. Tivemos policiais gravemente machucados nesse tipo

de ação. Então quando são utilizados agentes químicos ou coisa desse tipo é o último recurso.

No tocante à prevenção criminal, existe um esforço de todo o aparato policial. Estamos recebendo reforços de outras regiões da Capital e outras regiões da Grande São Paulo e percebemos também que houve um implemento na parte central, por parte da GCM, para prevenção criminal. Para evitar furtos, roubos, lesões, tentar localizar pontos de drogas ou o comércio de drogas feitos a céu aberto, prendemos os traficantes.

Tudo isso tem sido feito com muita força há alguns meses. Porém, existe uma quantidade de indivíduos reincidentes por mais de uma vez pelas forças policiais. Eles voltam aos seus locais com seus benefícios iniciais, torna essa ação de prevenção verdadeiramente difícil.

Se tiver alguma outra coisa que possamos colaborar aí, o que eu posso dizer: as ações de perturbação ao sossego são reativas, mediante queixas daqueles que se sentem prejudicados e existem outros caminhos após o interesse da polícia ou dados justiça.

Quanto às ações contra as populações que estão ali na área da Santa Ifigênia, a PM e a GCM também atuam após grave queda da ordem. Antes de uma grave queda da ordem, o que existe é diálogo. As pessoas podem ver quem mora ali diariamente, grupo de pessoas em situação de rua utilizando drogas compulsivamente. Eles são contatados, movimentados para realização da limpeza pública.

Realização de manutenção e realização de troca das luzes nos postes. Temos acompanhado esse trabalho de zeladoria, que tem sido constante na região e, na maioria das vezes, esses grupos se deslocam de uma rua para outra, sem conflitos. Quando ocorrem os conflitos há necessidade da atuação da força de segurança para a própria preservação da integridade física dos moradores dos locais.

Se tiver alguma outra coisa, Sr. Presidente, que a gente possa auxiliar, estamos à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado Coronel Paulo Melo. Passar a

palavra Dr. Antônio Carlos Pereira, representando Associação Comercial de São Paulo.

O SR. ANTONIO CARLOS PEREIRA – Muito obrigado por estar presente, de a Associação ser convidada para representar. Eu acho que de todos aqueles que estão no Centro, a Associação Comercial é a mais antiga.

Desde o seu início, a Associação Comercial completa 126 anos no Centro de São Paulo e conhece bem os problemas que ora ocorrem no Centro. Eu acho, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, que todos aqueles que se manifestaram estão com a razão. O Centro necessita de segurança, tranquilidade, limpeza. Necessita de tudo isso para que as pessoas voltem a ocupar o Centro da cidade São Paulo. Para isso, a Associação Comercial está disposta a colaborar com todos que acharem a nossa participação necessária. Assim, fico à disposição de todos os senhores, podem nos procurar lá.

A limpeza da cidade é uma coisa importante e a gente, quando fala do Centro da cidade, não pode esquecer das pessoas que estão em estado de rua. Nós precisamos encontrar uma forma de dar acolhimento a eles; encontrar uma forma de fazer com que eles sejam acolhidos, sejam recebidos e que tenham lugares para comer, para trocar de roupa, para fazer coisas assim, se lavar. Um Centro onde eles possam se encontrar com os outros e trocarem ideias. E o acolhimento deles para dormir a Prefeitura vem apontando, isso deve ser mencionado aqui, que já tem uma série de hotéis alugados, casas alugadas de pensão, tudo isso. E casas construindo, a Prefeitura disse que já tem 21 mil casas para acolher essas 32 mil pessoas que estão em estado de rua.

Portanto, Sr. Presidente, é eminente e necessário que todos nós trabalhem com isso de uma maneira ordenada e não deixando só para a Prefeitura, para um ente público fazer, mas nós, da iniciativa privada, como todos os que estão aqui presentes, que participem ativamente de programas e produtos para que possamos encontrar uma forma de tornar o nosso Centro agradável.

É uma coisa interessante, Sr. Presidente, porque quando a gente encontra essas pessoas em estado de rua, a gente passa por eles, aquilo parece que já faz parte da paisagem.

Deveríamos encontrar uma forma, aliás estamos procurando, juntamente com os senhores, encontrar essa forma, para obtermos segurança, obtermos a limpeza, obtermos tudo isso.

Para que a gente possa pontuar bem, a Associação Comercial já fez uma alternativa junto com a Prefeitura, com o Coronel Camilo, que hoje está representado aí. Naquela ocasião, com o Coronel Salles, que era o Subprefeito da Sé, arrumou um terreno e nós fizemos. A Associação Comercial de São Paulo, às suas custas, montou um centro de acolhimento no terreno da Prefeitura. Esse centro de acolhimento hoje recebe um número enorme de pessoas, que vão lá para receber o seu alimento.

Portanto, alguma coisa nesse sentido precisaria ser feita, porque eles têm de onde receber o seu alimento, poder tomar um banho, poder se trocar, poder se higienizar de maneira correta. Nesse alimento que tem, eles não jogam na rua, as embalagens e os restos de comida e, com isso, a gente começa a enfrentar o problema, que é a limpeza.

Então tem muita coisa a ser feita. Eu acho que devemos partir para encontrar soluções. Soluções boas que faça com que São Paulo, novamente, tenha um Centro bastante adequado. Em qualquer cidade desenvolvida, o primeiro lugar que um turista vai é no centro da cidade. É aí que a gente tem tudo que precisa para mostrar a eles. Portanto, conclamo a todos que aqui estão para que possamos realmente encontrar alguma coisa bastante correta, bastante acertada e assertiva, para que possamos solucionar esses problemas centrais da cidade.

Por enquanto é isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Dr. Antônio Carlos.

Secretaria Municipal de Segurança Urbana, representada pelo Dr. Josué de Andrade Melo.

O SR. JOSUÉ DE ANDRADE MELO – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

É uma satisfação estar aqui nesse espaço democrático de direito. Quero parabenizá-lo por essa iniciativa. Se o Inspetor Guilherme permitir, quero fazer um acréscimo na fala dele, referente ao que a Prefeitura tem feito pela cidade de São Paulo. Tivemos agora o edital publicado do SmartSampa, que será uma plataforma que irá conseguir integrar mais de 20 mil

câmeras na cidade de São Paulo. Essas câmeras contribuirão mais ainda para a segurança de São Paulo. Serão instaladas em pontos predeterminados e 24h monitoradas pela Guarda Civil de São Paulo.

Temos outra iniciativa da Prefeitura, que é o aplicativo 156. Por esse aplicativo 156, qualquer cidadão pode fazer reclamações e solicitações. Então ele vê um descarte irregular na calçada, verifica um buraco na rua, ele pode fazer o seu pedido e consegue acompanhar, em tempo real, o que está sendo feito para o pedido dele. Ele pode colocar as imagens daquela reclamação que ele quer fazer. Às vezes as pessoas não conhecem e falam: “poxa, tem um buraco aqui na praça, tem um lixo descartado irregularmente”. Uma pessoa em situação de rua, que foi falado agora, ele quer ajudar. Então tem as equipes da SMADS que fazem esse atendimento. A Guarda Civil faz a proteção das tendas. Estamos com várias tendas na região central, principalmente agora nesses dias mais frios, para distribuição de alimentos, para distribuição de cobertores.

A Guarda Civil tem apoiado essas ações. Todo esse trabalho que o Inspetor Guilherme falou da Praça da Sé ali integrado com as mais diversas agências. O Coronel Paulo Melo sabe o quanto nós temos lutado para que o cidadão tenha a sua segurança, não importa quem quer que seja. Seja um comerciante que esteja ali, seja um dependente químico, ele vai ter a sua segurança. Estamos falando de uma cidade com mais de 12 milhões de habitantes. Ela tem toda sua complexidade. Esse é um desafio, mas um espaço democrático como esse daqui, é onde as pessoas podem se manifestar e encontrar soluções para esses problemas.

Quero parabenizar e disponibilizar o tempo para ouvir as pessoas, que a gente aprende com todas essas falas inclusive, utilizam alguns exemplos aí para depois melhorar o nosso trabalho.

Todos estão de parabéns pelo trabalho que vem desenvolvendo, não só do Município, como também do Estado. Podemos perceber o quanto a Praça da Sé está melhor e lógico com todas essas observações, que eu tenho certeza, que cada um tem aqui ouvido e vai melhorar o seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Inspetor Josué.

Vou passar a palavra à Sra. Isabel Figueiredo, representando o Secretário de Desenvolvimento.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Obrigada, Sr. Presidente.

Em nome do Secretário Carlos Bezerra, gostaria de colocar que tivemos, como não é nenhuma novidade para ninguém e como outras pessoas já colocaram, no que se refere à população em situação de rua um aumento importante. O censo de 2021 mostra um aumento de 30% nessa população, que está majoritariamente concentrado nos distritos da Sé e da Mooca. É uma característica do território que é muito marcante e que se relaciona com todas essas questões colocadas.

A SMADS tem trabalhado na perspectiva de reforçar a atuação das equipes de abordagem social na região central. Por exemplo, para citar os CEUs 4 que atua ali na região da Luz, tivemos um aditamento importante da equipe que hoje conta com 88 trabalhadores. Tivemos a implantação de uma equipe específica para abordagem social de crianças e adolescentes em situação de rua que, infelizmente, é um recorde populacional e faz parte desse cenário do Centro, que é um problema social muito importante que tem de endereçar e tem trabalhado sobretudo na perspectiva de ampliar vagas em centros de acolhida, para que a gente consiga dar um encaminhamento qualificado para essa população. Hoje a gente conta com uma rede de mais de vinte mil vagas de acolhimento em diversas tipologias, dentre as quais mais de 18 mil são voltadas para público de população em situação de rua e o trabalho tem sido na perspectiva não só de ampliar vaga, mas de ampliar vagas que deem conta dessa heterogeneidade de perfil que a gente observa nessa população.

Então, as questões das famílias, que muito frequentemente estão vivendo em barracas, as mulheres com filhos, mulheres sem filhos, a população trans, os idosos, acho que é complexo e a gente tem trabalhado para dar uma solução qualificada, mas em escala para essa situação.

Outra coisa importante que vale destacar é importante se destacar os núcleos dos núcleos de convivência. A gente está querendo expandir na cidade, que são esses serviços que justamente não são serviços de acolhimento, mas que oferecem acesso a banho, banheiro, alimentação, atendimento técnico, atividade, que fazem com que as pessoas podem ter durante o dia um lugar para conviver, para criar vínculo e que também funciona como um lugar de encaminhamento para os próprios serviços de acolhimento.

Então, eu acho que é isso. É inevitável, quando a gente fala do Centro, pensar na população em situação de rua e pensar nesse aumento de recorte populacional. Mas, acho que ao longo desses últimos dois anos, desde que a gente teve esse dado desse aumento da população, a gente tem conseguido estruturar algumas ações que, a médio e longo prazo, vão dando respostas para esse problema. Sem dúvida, a gente precisa continuar expandindo vagas, mas acho que a gente está trabalhando nessa perspectiva.

Era isso que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Isabel, muito obrigado, agora vamos para os Subprefeitos.

O Subprefeito da Sé está representado aqui pelo Coronel Genivaldo Antônio. Tem a palavra Coronel, Subprefeito.

O SR. GENIVALDO ANTONIO – Prezado Presidente, é uma honra estar aqui presente nessa seleta reunião. Eu diria que enquanto inúmeros cidadãos estão transitando hoje nos metrô, nos ônibus, nós estamos discutindo políticas públicas, então todos aqui estamos de parabéns.

Breve comentário, eu praticamente passei aqui na área central a minha vida: faculdade, trabalho, então, a área central para mim é o meu reduto, e conheci desde as crianças da Praça da Sé, até outras dinâmicas do movimento na área dos desabrigados, dos sem-teto, das pessoas excluídas dessa área central.

Como Prefeitura, hoje nós estamos abertos a todo tipo de diálogo, ajuste que a sociedade venha nos solicitar e venha nos demandar. Para nós, um dos requisitos

importantíssimos é acessar o sistema 156. Ele é importantíssimo para que nós possamos dar sequência a nossa prestação de serviço e materializar perante a contabilidade da própria Prefeitura, junto à sua comunidade.

Outro quesito que gostaríamos de deixar bem claro aqui é que nós estamos numa megacidade, então não se resolve mais o problema de uma megacidade unilateralmente, uma polícia, uma guarda, uma secretaria e assim por diante.

Hoje, o problema se tornou complexo. É uma cidade complexa, precisamos discutir sistematicamente com vários tipos de órgãos. Eu só gostaria de dar uma pequena passadinha na questão dos nossos amigos que citaram o problema da perturbação do sossego, o problema do desarranjo urbano, enfim, nós não podemos deixar de levar em consideração que nós temos outro lado, pessoas que estão em suas casas, suas residências nos seus afazeres e que vão ser perturbados por alguns serviços que são instalados, sejam serviços privados, como *shopping*, sejam eles serviços públicos, como muitas vezes um ponto de acolhida e assim por diante. São pessoas que estão do outro lado e levantam para nos demandar.

Talvez uma reunião como essa se torna muito importante porque o Poder Público passa a refletir também sobre os seus mecanismos de controle, como são fiscalizadas as instituições sobre o Psiu, como são fiscalizados os estabelecimentos sobre alvará, isso é importante, o diálogo é muito importante.

Então, parabênizo aqui a equipe de bares e restaurantes que estão aí bem representados até pelos questionamentos, fizeram até um parecer fantástico, mas é importante entender que a demanda do 156 é um outro público e esse público nós também precisamos ouvi-los para que essas situações sejam apaziguadas, sejam acalmadas de maneira é equânime em cima da lei. Agora, caso tenhamos abuso e excesso a legislação nos permite aplicar punição aos funcionários de maneira que eles se enquadrem ao eixo regulamentar da norma que está sendo aplicada lá. Caso tenha algum questionamento sobre atuação de algum dos nossos funcionários, fiquem tranquilos para abrir até um chamamento no 156, ou até se dirigir à Subprefeitura Sé ou outro órgão que necessário para que essa situação seja sanada e corrigida. Isso é cidadania,

por favor.

Volto a dizer, a Sub Sé está super à disposição, canal aberto a todos que venham de mandar qualquer questão a esse mecanismo. Só lembrando que o nosso Prefeito Ricardo Nunes disponibilizou aditamento em todos os processos que nós temos com relação a limpeza da cidade na área central. Então, nós temos mais recursos para promover a limpeza na área central.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Coronel Genivaldo, representando a Subprefeitura da Sé.

Agora, o Subprefeito da Vila Mariana, Luiz Felipe Miyabara.

O SR. LUIZ FELIPE MIYABARA – Boa tarde a todos e todas.

Agradeço pela oportunidade, cumprimento todos os Vereadores e Vereadoras presentes, meus colegas da Prefeitura, das Forças de Segurança e todos os presentes também da sociedade civil.

A Associação de Bares pensionou as ações fiscais, no que tange à perturbação do sossego, ao barulho. E eu tenho que informar que nós, aqui da Subprefeitura Vila Mariana, quando a gente realiza essas ações junto com o PSIU, que é um departamento da Secretaria das Subprefeituras, sempre há presença de agentes fiscalizadores e, portanto, nessas aferições as multas lavradas são com base na legislação vigente, quando ultrapassa o barulho previsto na lei.

Então a gente realiza muitas ações, principalmente aos finais de semana. E, também, mencionar as nossas ações de zeladoria na parte central, principalmente ali na Praça Oswaldo Cruz. A Subprefeitura Vila Mariana vai da Rua do Paraíso, na Avenida Bernardino de Campos, da Paulista, a Avenida Brigadeiro Luís Antônio e conecta na Santo Amaro. Então, nesse perímetro, nós temos a Oswaldo Cruz, a gente realiza periódicas ações de zeladoria com as abordagens da Secretaria de Assistência Social antes das nossas ações. Então, aqui por parte da Vila Mariana nós estamos à disposição sempre.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Subprefeito.

Agora, a Subprefeitura de Pinheiros, aqui presente, o Sr. Leonardo Willian Casal Santos.

O SR. LEONARDO WILLIAN CASAL SANTOS – Boa tarde a todos presentes, a todos *on-line*. Presidente, eu vou pedir licença para fazer uma saudação especial a minha sempre chefe Soninha Francine.

Eu gostaria de dizer que para mim é um prazer estar aqui, já passei por essa Casa como assessor, como chefe de gabinete, e conheço bem o local de debate, que é representado pelos Vereadores, pelo Legislativo paulistano.

Quero deixar também consignado aos movimentos de bares e de cidadania que, se algumas dessas ações foi feita ou foi realizada na Subprefeitura de Pinheiros, me coloco à disposição para receber os coletivos, não só para a gente conversar, debater, combinar, que é como eu costumo trabalhar. Eu estou Subprefeito de Pinheiros há quatro meses, mas tive a experiência anterior nos dois últimos anos do Governo Bruno Covas, na Subprefeitura da Lapa.

Considero muito importante este debate, essa troca de ideias, considero muito importante os combinados que a gente faz, não só com os moradores, mas também com os comerciantes. Não tem como a gente só olhar um lado e não olhar o outro. Nós precisamos realmente fazer uma conversa articulada, democrática, e combinar os combinados. É uma redundância, mas é como eu acredito que podemos fazer uma gestão pública de forma mais equânime e que seja boa para todos. A região de Pinheiros é uma região onde a grande maioria é de Zonas Estritamente Residenciais, eu pego, assim como o Felipe descreveu, eu pego desde do Parque Villa-Lobos pela marginal até o Shopping Morumbi. Então, não é uma região pequena, é uma região complexa, e, principalmente, essa questão do barulho, como a Vereadora Luna Zarattini comentou dos empreendimentos imobiliários, mas também dos bares, que ela brincou comigo Vila Madalena é o meu calcanhar.

Mas eu acredito na conversa, eu sou uma pessoa que acredita muito na conversa, e me coloco à disposição, como sempre me coloquei à disposição para todos os Vereadores dessa Casa, dos comerciantes, das associações e dos representantes de bares e restaurantes e

qualquer outra representação para podermos achar um senso comum no meio do caminho. Essa é a forma de fazer política de gestão pública que eu acredito. A solução está sempre entre nós.

Obrigado, Presidente, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu quero considerar que vocês têm muitas tarefas, então não prejudicará se cada um de vocês tiver que seguir, é da natureza, ficará registrado especialmente os representantes de bares. Eu tenho essa coisa, quem fica quatro horas aqui certamente deixará de agir e de fazer coisas. Mas, podem ter a convicção de que tudo será encaminhado.

Encerro as inscrições novamente. A Vereadora Rute Costa presente conosco, de forma *on-line*. Pela Covisa, Luiz Artur Vieira, que é o coordenador, está acompanhado, não sei se ele está presente aqui, está de forma *on-line*. Corrigindo o nome, Sr. Manoel Bernardes de Lara Júnior.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JÚNIOR – Sou representante do nosso coordenador Luiz Artur que não pode estar aqui, está num compromisso com o Secretário de Saúde.

Em nome da divisão de Vigilância Sanitária da Covisa do Município de São Paulo, devo dizer que essas ações que temos participado, a Vigilância Sanitária tem constitucionalmente a função de atuar sobre os riscos à saúde da população, seja ele decorrente do consumo da produção de produtos, inclusive alimentos, prestação de serviços. Então, a ação da Vigilância Sanitária é embasada pelas normas sanitárias, as legislações e resoluções da Anvisa, da Vigilância Sanitária do Estado, algumas normas municipais, legislações municipais. Então essa equipe da Sé, da Unidade de Vigilância e Saúde da Sé, Vila Mariana, também Vila Mariana, Jabaquara, Lapa/Pinheiros são as UVs da região que estão aqui envolvidas no Centro, Santa Cecília.

Essas ações, geralmente a gente age ou em atendimento a denúncias, como os colegas falaram. A denúncia pode vir através do 156, na ouvidoria SUS. Pode vir também de outros órgãos como Ministério Público ou solicitações de outros órgãos da própria Prefeitura.

As Subprefeituras regionais, a GCM, praticamente no Centro, temos participado de algumas ações, por solicitação das Subprefeituras da Sé, Santa Cecília, Lapa/Pinheiros, principalmente da Sé, e também algumas ações movidas com a GCM. Essas ações nós verificamos as condições sanitárias, que é a competência da Vigilância Sanitária. O segmento de bares, restaurantes, lanchonetes, principalmente no preparo dos alimentos fornecidos à população, no manejo, na preparação, são avaliadas as condições sanitárias, tanto estruturais daquele local, como do profissional que está fazendo a manipulação, o preparo daqueles alimentos. As ações, geralmente as medidas administrativas tomadas, eu até falo muito nas minhas falas que a Vigilância Sanitária não existe para fechar os lugares ou aplicar multas. São medidas administrativas utilizadas pela Vigilância para fazer cumprir as normas, quando ela identifica questões sanitárias importantes.

Nós trabalhamos muito com a orientação técnica, tanto os proprietários dos comércios, os profissionais envolvidos a população, principalmente no consumo de alimentos, bebidas em condições sanitárias adequadas. Geralmente, quando a vigilância chega a tomar uma medida administrativa mais severa, mais contundente, é porque a situação de risco sanitário se justifica, é oferecido o risco eminente à saúde da população, que utiliza aquele serviço que consome, no caso de bares e restaurantes, consome aquele alimento, aquela bebida e as nossas equipes atuam dentro, como já falei, das normas sanitárias vigentes.

Então a gente colabora com os demais órgãos, mesmo porque nós recebemos bastante quantidade de denúncias principalmente desse segmento. As denúncias são apuradas *in loco* com a verificação das condições. Havendo uma situação de risco, conforme a situação de risco observada, são tomadas as medidas administrativas cabíveis, orientação técnica ou interdição de algum produto vencido, algum alimento e questões mais graves que culminam até na interdição.

Não existe uma interdição definitiva por parte da Vigilância daquele estabelecimento, é dado um prazo para adequação às normas sanitárias para aquele estabelecimento se adequar. Havendo uma nova inspeção, adequando o estabelecimento, é autorizado a funcionar

novamente. Nossas equipes são bem demandadas e nossas equipes, na medida do possível, participam dessas ações dentro das nossas competências. Eu queria dizer que essas ações conjuntas são benéficas para as nossas equipes, porque muitas das vezes nós recebemos denúncias e aquele local não é seguro. Nós chegamos a solicitar apoio da GCM ou, às vezes, da Polícia Militar, a depender do local alvo da denúncia.

Então, eu queria dizer que a Vigilância Sanitária sempre está presente quando solicitada. Nós somos instância técnica, a nossa avaliação é técnica sanitária, em cima das normas e conhecimento científico, principalmente nas áreas de alimentos, restaurantes. Estamos à disposição.

Temos as nossas atividades de licenciamento também. Quando detectamos, verificamos o licenciamento sanitário, é feita a orientação do prazo para o estabelecimento se regularizar.

É isso. Estamos sempre à disposição para garantir que a população, também somos população, consuma produtos e serviços adequadamente com menor risco sanitário possível.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Manuel. Acho que há uma grande expectativa de ouvi-los. Eu já queria fazer uma ponderação, nós temos o coordenador de posturas urbanas da Secretaria das Subprefeituras, que é o Sr. Guilherme Prendes Borges Higa

- Qualidade da gravação incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. GUILHERME PRENDES BORGES HIGA – Isso, perfeito.

Boa tarde a todos.

A coordenadoria de posturas urbanas engloba o PSIU também, fiscalizamos com base, como todo mundo já falou aqui, sempre fiscalizamos com base na legislação municipal e utilizamos como base técnica a RBR 10.151/2019. As medições, como foi falado aqui, a gente utiliza desse perímetro. Então, as ações fiscais são sempre baseadas na norma e na lei.

Quanto ao rigor, eu acredito que aqui é o local para discussão da legislação, para saber quais os limites dentro das regras de uso.

O PSIU também age hoje por provocação. Portanto, ele só age porque recebe

solicitação pelo 156 ou por ofício do Ministério Público ou Câmara Municipal. O que a gente também tem percebido é que, principalmente depois da pandemia, houve um grande aumento no número de reclamações sobre ruído; acredito eu por conta do período que a gente passou sem as atividades dos bares e dos estabelecimentos, o que acabou gerando uma sensação de conforto para a população em geral. Já o pós-pandemia gerou um desconforto com o ruído. Eu acredito que as pessoas estão mais incomodadas hoje do que ante da pandemia, até por conta desse período. A gente percebe que houve esse aumento considerável nas reclamações no pós-pandemia.

No mais, a gente tem atuado juntamente com as Forças de Segurança Urbana, tanto com a Polícia Militar como com a GCM, sendo que a maioria das fiscalizações é feita com o apoio da Polícia e da GCM para garantir a segurança da equipe e também para evitar riscos para as pessoas que estão nos estabelecimentos. Sempre que detectado algum risco, a gente prefere até optar por esconder a fiscalização e fazê-la em um momento posterior de forma mais segura.

Enfim, eu acredito que esse seja um dos motivos da discussão, mas a questão do ruído é complexa porque envolve os dois lados, como já foi falado aqui. Portanto, ao mesmo que existem os estabelecimentos cujo objetivo é criar renda, trabalhar, existe a população, que se sente incomodada com o ruído, e a gente fica no meio desse fogo cruzado entre esses dois lados. Por isso, acredito que a legislação tem que estar sempre sendo revista para que se chegue a um consenso que não prejudique quem se incomoda com o ruído, mas que também não impeça quem quer trabalhar de exercer sua atividade, de manter seu emprego, seu trabalho de forma harmônica com a sociedade.

Se o Leandro, atual diretor do Psiu, quiser complementar com alguma fala, eu gostaria de passar a palavra para ele.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Guilherme.

Antes de passar a palavra para o Leandro, eu gostaria de informar a presença *online* da Vereadora Rute Costa e a presença da Jane Rodrigues, que representa o Vereador João

Ananias, e passar a palavra para o Sr. Maurício Nastari, gerente de Iluminação Pública.

O SR. MAURÍCIO NASTARI – Boa tarde a todos.

No Centro da cidade, nós estamos com várias ações juntamente com a Subprefeitura da Sé e com a Secretaria de Segurança Pública, priorizando determinadas áreas para fazer a melhoria da iluminação.

Um caso muito grave no centro da cidade são os furtos de cabos, que prejudica bastante a ação da Polícia em determinados locais, porque esse pessoal, além de furtar, deixa o local escuro para praticar crimes. Estamos empenhados em atender todas essas áreas conforme os entendimentos que a gente vem tendo na Operação Sinal Verde, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública, com a Guarda Civil, com a Polícia Militar e com a Polícia Civil, e a partir das solicitações que vêm diretamente da Casa Civil, da Subprefeitura da Sé e dos locais que são mais necessitados de melhoria de iluminação pública. A gente está com essa ação há mais ou menos um mês, e o retorno está sendo bem positivo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Maurício.

Tem a palavra o Sr. Mauro, da área de saneamento do SP Regula.

O SR. MAURO HADDAD NIERI – Boa tarde. Primeiramente cumprimento V.Exa., Presidente, e o parabenizo por esta importante discussão. Em nome de V.Exa., cumprimento os demais Srs. Vereadores que estão aqui participando, a Secretária Soninha e os subprefeitos.

Antes de falar propriamente sobre a gestão, quero fazer a seguinte observação: pela fala de todos os meus colegas da Prefeitura que falaram antes de mim, ficou claro que o centro da cidade de São Paulo é uma preocupação do Prefeito Ricardo Nunes, que tem nos cobrado e se empenhado pessoalmente na busca de solução para esse problema. Desde guardas a subprefeitos, passando pelos representantes das Secretarias que falaram, todos expuseram aqui a preocupação do Prefeito.

Dessa forma, nós, da parte da coleta domiciliar da SP Regula, que temos feito a gestão e o acompanhamento do contrato de coleta domiciliar de resíduos da cidade de São Paulo, percebemos uma necessidade de incremento da coleta em parceria com a empresa

pública que faz a varrição na região central. Por isso, desde o dia 5 de abril, aumentamos essa operação que é baseada em um tripé, que abrange desde a Praça da Sé até o triângulo, como foi falado anteriormente, passando pelo outro lado do Vale do Anhangabaú, São João, Praça da República, área da Luz até os Campos Elíseos. A operação propriamente dita conta com mais gente, com mais caminhões e com mais efetivo nas ruas.

É importante dizer que nós estamos promovendo uma conscientização. Já foram feitas mais de mil abordagens porta a porta, em comércios e em condomínios residenciais, explicando a dinâmica da coleta de resíduos e a da limpeza pública na região; sendo que a coleta de resíduos é feita no período noturno na área da Sé. Conversamos com os grandes geradores sobre a necessidade de o grande gerador ter, de acordo com a legislação municipal, a sua própria coleta. Então, aquele que faz acima de 200 litros por dia, pela legislação, tem que contratar coleta privada e dar sua própria destinação e também cumprir o horário de disponibilização dos resíduos, de forma que não fiquem transitando, à disposição, e que os sacos não sejam rasgados e saiam do trâmite normal da coleta, se espalhando pela rua.

Além da conscientização, estamos promovendo a fiscalização por meio de equipes não só da SP Regula, mas também da Subprefeitura da Sé e da Selimp – Secretaria Executiva de Limpeza Urbana da Secretaria Municipal de Subprefeituras. Portanto, um tripé de atuação, de forma que, a partir da próxima semana, no máximo na outra, a gente consiga, por inteligência, nas operações dessas duas empresas, ampliar essa operação especial da Sé, da Luz e da República também para a área do Brás, que é outra área importante do centro da cidade de São Paulo, na Sub da Mooca.

Então, reforçar que o Prefeito Ricardo Nunes se preocupa diretamente com a questão do Centro, tem cobrado das áreas, tem cobrado da SP Regula e nós estamos correndo. O senhor esteve com o Presidente João Manuel e a gente tem se debruçado sobre essa questão da área central da cidade de forma que a gente consiga fazer a limpeza, ter a destinação adequada dos resíduos, como foi colocado da coleta seletiva. Enfim, naquilo que puder, na economia circular, a gente gerar renda para as pessoas que vivem da coleta seletiva, da economia circular

propriamente dita e a gente tenha um bom gerenciamento dos resíduos na região central.

Colocamo-nos à disposição e parabenizamos por esta importante iniciativa de discussão sobre o centro de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Mauro.

Representando o Presidente da CET Jair de Souza, tem a palavra o Sr. Helson Gonçalves Júnior.

O SR. HELSON GONÇALVES JÚNIOR – Boa tarde, Presidente.

Nós, da CET, temos um grande desafio no dia a dia em auxiliar milhões de pessoas a se locomoverem de maneira rápida e segura ao trabalho, as escolas, ao lazer ou para casa. As equipes da CET se empenham no dia a dia para solucionar os problemas dos carros, ônibus, motos e pedestres em toda cidade, principalmente aí na região central.

No que diz respeito à região central, conforme outros órgãos já falaram, nós estamos recebendo solicitação do Prefeito diariamente no que diz respeito a ações integradas de outros órgãos de segurança e também zeladoria. No que diz respeito a gente, a parte de zeladoria, a operação de trânsito e zeladoria, de toda a sinalização horizontal e vertical de trânsito da área central no dia a dia. Isso está sendo cobrado constantemente de nós e nós estamos fazendo todos os dias esses levantamentos visando a manutenção da sinalização no Centro.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Passo a palavra agora ao Diretor de Programa de Silêncio Urbano, PSIU, Sr. Leandro Fonseca Campos.

O SR. LEANDRO FONSECA CAMPOS – Boa tarde a todos.

Mais uma vez, também, parabenizar esse grupo por esta discussão tão importante.

Vou ser mais breve porque muito já se falou. O Guilherme, que é meu coordenador, também já expos a maior parte. Assim como Coronel falou muito bem, o PSIU também é um órgão provocado, ou seja, o munícipe que se sente incomodado pelo ruído, ele tem os canais 156, portal da Prefeitura, é mais a praça de atendimento e onde eles registram essas reclamações, mas também utilizam outros canais, como: o Ministério Público, ouvidoria, a própria

Polícia Civil e Polícia Militar.

É importantíssima a participação também nesses debates dos moradores, assim como o Coronel Genivaldo falou. Em um próximo evento também eles deveriam ser convocados porque, como o Guilherme bem citou, os dois lados precisam ser atendidos e outros órgãos, assim como o PSIU, estão bem no meio, como o Guilherme falou, desse fogo cruzado.

O PSIU a obrigação de atender as duas partes, como um órgão público. Os agentes fiscais trabalham sempre no estrito cumprimento da Lei e estamos também de portas abertas para todos que se sentirem com necessidade de maiores esclarecimentos das ações do PSIU.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Certamente teremos alguns questionamentos.

Vou passar agora a exposição da Secretária Soninha.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente.

Boa tarde.

É importante esta audiência pública iluminar o assunto complexo sobre diversos ângulos. É assim que tem que ser.

A gente que ama o Centro da cidade – trabalha, vive, frequenta, lazer - fica até meio ressentido do tanto que se detona o Centro da cidade, o que não quer dizer negar os problemas, mas ao mesmo tempo compreender que é uma longa história e que é uma questão que aflige cidades no Brasil inteiro e no mundo todo.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Mesmo em 1984, que é a data desta foto, quando parecia... a gente hoje fala ali daquela esquina fechada, agora o Sesc anunciou que ali vai ser uma nova unidade, mas quando a gente fala assim: “Ah, o Centro tinha o Mappin e era tão vivo, era tão pujante”. Era, mas em 1984 também tinha música do Joelho de Porco falando dos trombadinhas no Viaduto do Chá. Quer dizer, nunca foi pouco desafiador o Centro da cidade, mesmo quando ele tinha todo esse movimento.

Esta imagem aqui é de um texto do jornalista Luiz Nassif, de 2016. Também ali chamando atenção. Ele fala exatamente do prédio do Mappin e lamenta tantos prédios abandonados, fachadas emporcalhadas. Ele fala sobre cinemas famosos fechados com tapumes sujos: Paiçandu, Art Palácio, Marrocos. E faz algumas sugestões do que poderia ser feito para reverter um processo que ele chama de degradação do Centro lá em 2016: instalação de mais repartições públicas na região central, incentivo às empresas para se instalarem ali, e assim por diante.

Então, lembrando mais uma vez alguns dos momentos em que os cinemas do Centro eram luxuosos, como lembra ali o Nassif. O Cine Ipiranga era um deles, enorme de grande, nem era dos mais luxuosos. O Hilton Hotel. Com o tempo essa situação foi se modificando. E nem é isso que a gente espera, a volta do luxo para o Centro da cidade, mas o que torna uma saudade saudável que é a mistura entre vários públicos, entre atividades.

Esta aqui é uma reportagem do *El País*, que é muito boa e que foi publicada logo depois... Não é uma reportagem exatamente, mas é uma longa reflexão que foi publicada logo depois do incêndio e do desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, ali no Paiçandu, em que vários urbanistas, políticos, moradores, empreendedores são convidados a refletir sobre a longa trajetória que fez com que o Centro chegasse nesse estado em que ele se encontra hoje tão...desafiador.

Então, eles lembram que o Centro de hoje é uma acumulação. Não é o resultado de um fato isolado, mas a acumulação de diferentes processos e decisões. Ao longo da matéria eles vão lembrando de vários pontos: a mudança do centro financeiro da cidade para região da Paulista desde a década de 60; depois, uma onda que teve de pessoas que moravam no Centro que o chique era morar fora do Centro, era morar em bairros exclusivamente residenciais. Então, isso também causou um esvaziamento nesse sentido.

Depois, tem um ponto que é pouco mencionado, mas a transição do bonde para o ônibus que inclusive refletia uma expansão já geográfica da cidade para pontos mais distantes do Centro e que trazia necessidade de outro tipo de transporte de massa. Com a vinda dos

ônibus para o Centro, o que antes eram lugares de convívio, praças, largos acabaram virando o quê? Terminais de ônibus.

Então, isso também causou uma degradação do espaço, nesse sentido. Então, a gente vai questionar a necessidade de ter mais transporte vindo dos bairros para o Centro? Claro que não. Mas, de novo, o modo como isso foi feito acarreta consequências a médio e a longo prazos, e o fato de que São Paulo investiu em ônibus muito antes de investir em Metrô, por exemplo, que teria um outro tipo de impacto no ambiente urbano. Aliás, a esse respeito, não só o fato de terem investido em ônibus para substituírem os bondes e o Metrô ter vindo mais tarde, mas também a ênfase ao uso de automóvel, de o automóvel ser um sinônimo de sucesso nacional. Então, eles lembram, aqui, a construção do Minhocão; o aumento de 1000% no número de veículos motorizados em 56 e em 70. Aí, tem até um fato, uma lembrança sobre o AI-5, que proibia o agrupamento de pessoas. A atual Praça da Sé, sobre a qual a gente também discute tanto, veio em um modelo de arquitetura e urbanismo que era para não favorecer o encontro, a permanência e a aglomeração de pessoas. Então, todos aqueles desníveis, espelhos d'água, canteiros eram justamente para não favorecer a reunião de pessoas naquele espaço, bem uma perspectiva ali do cenário político dos anos 60 e 70.

E nos anos recentes, a soma disso tudo com outros fatores, como o acesso à internet, TV a cabo, foi contribuindo bastante também para o fim dos cinemas de rua. Muitas coisas combinadas, mas o apelo ao estacionamento fácil, ar condicionado, segurança, acessibilidade de um *shopping center*, a gente sabe que teve um impacto grande na oferta dos cinemas de rua, do comércio de rua, a possibilidade de cinema em casa também, de compras pela internet. Então, tudo isso trouxe um impacto para a vida da sociedade de modo geral, e que impacta o centro das grandes cidades também.

E, além de todos esses elementos de longas décadas de transformações, aí a gente teve um momento muito súbito de transformação, que foi a pandemia, o *lockdown*, o distanciamento social. E, aí, a gente tem uma sequência de imagens. Olha como estávamos na Rua Direita em 2016, 2017, poucas mudanças; 2018 ainda bem movimentado; e hoje e em 2021,

não só pequenos, mas grandes comércios que não reabriram ou não continuaram abertos por muito tempo depois da retomada das atividades comerciais. Têm vários, vários exemplos aqui. Ali era a Rua Direita. Aqui é a Rua São Bento, uma loja da Kalunga que fechou ali. Aqui também um outro trecho da Rua São Bento. A gente vê até pelos toldos, né, fechados, rua mais inóspita. A Líbero Badaró ali, bem em frente ao prédio da Secretaria de Direitos Humanos. E não só pequenas, mas grandes redes comerciais também, não só por causa da pandemia. A gente sabe que tem uma série de outros problemas de gestão, governança *etc.*, mas, enfim, uma crise econômica que impacta o mundo e o Centro de São Paulo também. E como é que os governos vêm reagindo em relação a isso? A gente sabe que a oferta de espaços de cultura é sempre vista como um ponto de revitalização. Também tem muita gente que questiona essa palavra, mas só para facilitar.

Então, em relação à cultura no Centro, por exemplo, já há vários anos foi implantada e vem sendo, cada vez mais, ocupada a Praça das Artes, ali na esquina do Anhangabaú com a São João, do ponto de vista de convívio, lazer, espaços livres, espaços abertos, espaços verdes. Uma das principais ações, nos últimos anos, foi finalmente a implantação do Parque Augusta/Bruno Covas.

Em relação à moradia social, porque como já foi dito aqui, algumas vezes e eu tenho certeza disso, morar faz toda a diferença. Ter gente morando traz uma vida para qualquer lugar, como nada mais é capaz de fazer. O comércio de rua é responsável por uma dinamização fabulosa, mas o comércio fecha à noite e, mesmo quando o Centro ainda tinha muito comércio de rua aberto, funcionando, deu seis, sete da noite, fecha tudo e, de novo, o Centro fica inóspito. Então, gente morando faz toda a diferença.

Essa aqui também é uma iniciativa que começou lá na gestão Kassab, atravessou a gestão Haddad. Finalmente, foi entregue na gestão Bruno Covas. O Asdrúbal do Nascimento fica bem aqui perto, é um projeto-piloto de locação social para pessoas em situação de rua e hoje já se entende que locação social é uma política para pessoas em situação de rua também. Até uns anos atrás tinha uma separação: “Não. Pessoa em situação de rua é assistência social,

é abrigo, é albergue. Moradia é outra coisa para outro público”. E hoje se tem amadurecido a compreensão de que política de habitação também deve atender o público de pessoas em situação de rua. Então, o Asdrúbal foi um modelo que agora vai ser escalado. Não só a locação social... Locação social é quando a pessoa tem alguma capacidade para pagar o aluguel ela mesma, com subsídio muito alto. Se tivesse de pagar o aluguel inteiro, ninguém conseguiria, mas a pessoa consegue pagar. E tem o programa Auxílio Reencontro, que é de outra natureza e que é moradia social, em que o aluguel em si é todo subsidiado. A pessoa recebe um benefício na forma de pagamento de aluguel para poder morar em lugares mais próximos à região central, coisa que seria impossível, a não ser em imóveis muito degradados – como foi dito aqui -, em cortiços, em pensões sem condição. Então, como é que a gente garante o acesso à moradia acessível e com uma qualidade melhor do que aquilo que as pessoas conseguem pagar somente por conta delas?

Outra questão muito grave, que volta a afligir a Cidade, é a de crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. Quer dizer, crianças que são domiciliadas, mas que vêm para o Centro da Cidade por questões de sobrevivência ou por questões até de fuga de um domicílio em que sofrem violência e são exploradas. Então, uma das ações recentes é a abertura de um centro de referência para criança e adolescente em situação de rua e na rua, ali na região da Luz. Em 2016, foi fechado o único serviço que ainda tinha na Cidade e, agora, no ano passado, foi aberto novamente um serviço dessa natureza, que também é um piloto, um projeto inicial com recurso do Fumcad – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente -, para ser transformado, aí sim, em uma política permanente. Faz pouco tempo a Câmara aprovou aqui a lei para a política municipal para crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. Então, isso passa a ser um modelo a ser expandido, replicado.

Um dos problemas gravíssimos também e que também afeta muito crianças e adolescentes é o uso problemático de drogas. Não é nenhum pouco simples e corriqueiro lidar com isso. E nada que diga respeito ao Centro vai ser devidamente abordado com ações que sejam somente no Centro da Cidade. Têm uma série de ações de retaguarda que precisam ser

feitas, porque a pobreza, a miséria e a violência em outros lugares acabam trazendo consequências para o Centro também. Então, eu falei de crianças na rua, crianças que procuram o Centro da Cidade porque nos lugares onde elas moram, elas estão submetidas a uma série de ameaças, de violências e outros problemas.

Então, em relação ao uso problemático e prejudicial de drogas, a gente fala muito no crack, mas o álcool e cocaína também são problemas bastante sérios. Esse é um dos equipamentos que existem para pessoas, aí, no caso, mais voltado especialmente para as pessoas que fazem uso de crack, que têm a dependência de crack. O SIAT, eu peguei alguns para mostrar as fotos. Esse é o SIAT III, em Ermelino Matarazzo. Tem também o SIAT na Penha, tem na Brasilândia. O SIAT, no programa Braços Abertos, era chamado de Hotel Social. O Braços Abertos tinha alguns hotéis bem na região central, exatamente no meio da cena de uso da cracolândia e alguns fora do território e todo mundo avaliava, na época, que esses hotéis fora do território eram muito mais adequados para que as pessoas conseguissem se reorganizar e, enfim, superar a situação de rua, de dependência de uso abusivo. Então, agora têm esses hotéis sociais com esse nome de SIAT, que ninguém sabe o que é, falamos SIAT, ninguém reconhece nada, mas enfim, eles existem e funcionam bem.

Voltando a falar rapidamente das dificuldades, seja para fazer um SIAT, um Centro de Referência de Criança e Adolescente, um Hotel Social, uma Vila Reencontro, é superdifícil vencer a resistência das pessoas que querem que tudo seja resolvido, mas nada próximo a elas. Então, toda vez que se tenta abrir um Hotel Social, uma Vila Reencontro, têm manifestações, rejeições, repulsas de todas as formas. Não sei se já viram, na outra ponta da plataforma do Terminal Bandeira tem uma Vila Reencontro. Aquele terreno estava absolutamente degradado, tinha lixo, entulho, rato, e era até uma cena de uso não muito coletiva, mas enfim, era uma área degradada. E foi transformada na Vila Reencontro, um equipamento socioassistencial incrível de moradia transitória, pois houve manifestação contra a Vila Reencontro ali. Ah, vocês vão trazer os drogados para cá, tipo, estão de brincadeira comigo. E a Vila Reencontro sequer é destinada ao público da cena de uso, é para famílias com crianças prioritariamente. Então, é difícil oferecer

serviços novos no Centro e é difícil oferecer serviços novos fora do Centro também, porque também tem essa rejeição, essa repulsa das pessoas. Mas, problema nosso resolver isso.

Então, às vezes, as pessoas falam assim: ah, mas tem tanto imóvel vazio, porque a Prefeitura não faz alguma coisa, por que não desapropria. Até o processo de desapropriação pode ser contestado na Justiça e muitas vezes é. E tudo o que depende de uma decisão judicial foge completamente ao nosso tempo, da Administração Pública, para fazer aquele prazo se abreviar ou não. Quer dizer, se vai para uma disputa judicial um processo de desapropriação passa a não ter nenhuma previsão de quando vai ser concluído. E aqui, previsão dos concretos sobre o que estamos lidando. Estamos instalando agora, pela Secretaria de Direitos Humanos, Estações Cidadania, que são uma versão aperfeiçoada do que foi criado em caráter emergência na pandemia, que era o Programa Vidas no Centro, instalado de maneira provisória em áreas públicas, Praça da Sé, Praça da República e Júlio Prestes.

Então, agora vamos criar Estações Cidadania em imóveis preparados, adaptados para isso, que vão oferecer banho, banheiro, área de lavanderia, área para fazer as refeições dignamente, sentados à mesa, junto com outras pessoas. E é difícil achar lugares que se adequem a isso. Então, esse imóvel da esquerda, por exemplo, é na porta da Secretaria de Direitos Humanos, ele tem uma pendência relacionada ao espólio, aos herdeiros do imóvel. Então, estamos há meses tentando alugar esse imóvel e não conseguimos.

O imóvel do lado, ali, seria bem interessante também, mas é antigo, é tombado e não tem elevador, por exemplo, o que limita muito as questões de usufruto do imóvel, de acesso por pessoas com dificuldade de locomoção ou nem tanto, porque para chegar no terceiro andar de escada, não precisa nem ser uma pessoa com dificuldade de locomoção. E o prédio, a foto da direita, é o prédio da Secretaria de Direitos Humanos, que temos muito problema, por exemplo, com a internet, porque as instalações muito antigas não permitem nem que se repasse os cabos com mais capacidade.

Então, olhamos e falamos assim, ah, tanto prédio vazio, parece que não usa porque não quer, por que não compra logo, por que não desapropria. Mas quem é do setor privado sabe

das dificuldades que enfrenta para fazer uma reforma, para adquirir, para alugar. E nós também não conseguimos escapar tanto dessas dificuldades.

Finalmente, já foi mencionado pelo Igor, o Programa Pode Entrar, tenho o maior orgulho de dizer que a Ocupação Prestes Maia, depois de anos de luta, de briga, de conflito, passa a ser um empreendimento apoiado pelo Poder Público Municipal, para ser retrofitado, reformado, convertido em moradia com a participação da Ocupação, do movimento, assim como inúmeros outros, um programa que a Câmara aprovou na forma de lei. E o Programa Requalifica Centro também, com incentivos ao setor privado para investimento na produção de moradia social, ou de habitação para pessoas de baixa renda.

Então, Presidente, para encerrar, e mencionando duas coisas bem concretas que foram trazidas pelo Igor. Interessante a sugestão de faixas diferentes para TPUs, muito interessante. Muito necessário concatenar bares e comércios com atividade de reciclagem, todos reclamam do lixo e da pessoa em situação de rua. Mas a pessoa em situação de rua não produziu o lixo, a rua virou um lixo, aquele lixo foi produzido por alguém, foi colocado ali e bastam uns 30 segundos para que o lixo empacotado fique todo espalhado pela calçada. E por que é revirado? Porque ali tem mercadoria, tem renda possível.

Então, às vezes, as pessoas só para se desincumbirem do lixo jogam de qualquer jeito, ou às vezes pensando em fazer alguma coisa boa, vou pôr o papelão aqui na calçada, porque vai ser útil para alguém, porque alguém vai passar e vai pegar. Mas essa não é a melhor maneira. Então, de fato, precisamos reunir catadores autônomos e o setor produtivo para que tenhamos uma articulação melhor dessa fonte de riqueza, que é o resíduo, mas que quando mal destinado é um problema de todas as maneiras. O Programa POT recém abriu inscrições e foram mais de 5 mil inscritos e várias ações diferentes serão desenvolvidas, inclusive, de jardinagem, zeladoria, mas muitas outras formas de atuação, de formação profissional e de atuação.

E é interessante dizer, Presidente, que ao mesmo tempo em que todo mundo reclama de todo mundo, a Prefeitura, de quem põe o lixo fora da hora; quem põe o lixo da Prefeitura que não recolheu o lixo; da pessoa que revirou o lixo e deixou ali, tal. Ao mesmo tempo eu nunca vi

tanta gente engajada, envolvida em querer fazer alguma coisa especialmente pelas pessoas em situação de rua. É muito impressionante, setor privado, universidades, grandes instituições, pequenas instituições. Tem muita gente decisivamente interessada, articulada, oferecendo ajuda, oferecendo esforços, oferecendo recursos, reconhecendo que é um problema que só vamos resolver com muitos participantes, de muitas áreas diferentes. E isso tem acontecido e reflete também nesta audiência pública, vemos pessoas com milhões de motivos para reclamar e têm mesmo, mas também trazendo contribuições sobre como podemos transformar isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretária Soninha Francine. Agora, representando o Delegado Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo, o Dr. Jair Barbosa Ortiz, também fará uma exposição, não é, Dr.?

O SR. JAIR BARBOSA ORTIZ – É. Faremos uma exposição, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim.

O SR. JAIR BARBOSA ORTIZ – Boa tarde a todos.

Eu, além de delegado de polícia, sou cidadão, portanto, nunca me vejo - quando me é dada a oportunidade de falar em público – na condição de usar o tempo de fala para ficar citando as ações feitas pela Polícia Civil, como se estivesse justificando o porquê de uma coisa ou de outra, porque a segurança vai bem, ou porque a segurança vai mal.

É muito natural que quando fazemos entrevista, por exemplo, Sr. Presidente, as pessoas, os repórteres nos perguntem de uma sequência de assuntos. E nos vemos, muitas vezes, tentando justificar as ações da Polícia do Estado de São Paulo. Em minha concepção essa é uma forma errada de olhar as coisas. É preciso que se aponte o que está sendo feito, naturalmente, mas é preciso que se assumam as responsabilidades por aquilo que não está sendo feito.

Pois muito bem, vou tentar ser rápido, breve, para não alongar a fala, mas é preciso que tenhamos em mente o seguinte cenário, o Centro de São Paulo, hoje, e sempre, desde que me conheço por gente, acumula uma quantidade gigantesca de pessoas. E onde há uma

quantidade gigantesca de pessoas, há uma quantidade gigantesca de problemas de toda ordem.

Os problemas de segurança pública também são inerentes a esse processo de massificação.

Mas se alguém me perguntar se enquanto cidadão, não enquanto delegado de polícia, Jair, que tipo de cidade você gostaria de circular? Em que tipo de cidade você gostaria de circular? Como você gostaria que fosse o Centro de São Paulo, para que você se sentisse como cidadão, como pai de família, etc., confortável para circular no Centro de São Paulo? Mas você não pode pedir muita coisa, porque como tem muita gente é muito difícil conseguir muita coisa. Apenas menciona aquilo que seria bom para todos nós, cidadãos, na sua concepção que ocorresse no centro de São Paulo, para que tivéssemos uma cidade considerada segura.

Digamos que eu pudesse falar sobre três coisas, apenas três modalidades de crime que deixassem de existir no centro de São Paulo. Pensem em como nós viveríamos numa cidade maravilhosa se nós conseguíssemos diminuir sensivelmente, ou acabássemos mesmo, os chamados homicídios, em que nossos familiares, nós mesmos saíssemos às ruas e imaginássemos a volta para casa com tranquilidade, sem ser vítimas de homicídio. Seria uma cidade perfeita.

O segundo crime com o qual a gente trabalha para evitar que aconteça - e trabalhamos o mais possível - é o crime de roubo voltar para casa sem o risco de homicídio e sem o risco de ser roubado.

O terceiro tipo de crime - que eu me sentiria bastante confortável em morar numa cidade que não tivesse - seria o tráfico de entorpecentes.

Imagine morar no centro de São Paulo em que não houvesse roubos, homicídios e tráfico de entorpecentes. Nós estaríamos aqui, provavelmente, falando de coisas bem menos importantes mas é no que tange à segurança pública, seguramente, estaríamos num ambiente muito mais confortável.

Então, enquanto o Delegado de Polícia Seccional, o que me ocorre é o seguinte: não dá para abraçar o mundo e tentar consertar todas as possibilidades de crimes que acontecem no centro da cidade de São Paulo.

Mas, se a gente gastar a nossa energia para evitar, ao máximo possível, essas três modalidades criminosas que eu acabei de mencionar os roubos, os homicídios e o tráfico de entorpecentes, nós teremos feito da cidade de São Paulo, ao término desta gestão, me refiro ao término desse período de governo, nós teremos feito uma cidade muito melhor.

Tenho quase certeza de que ninguém contraditaria esse tipo de informação, se nós tivéssemos, realmente, a possibilidade de morar numa cidade daqui a alguns anos em que houvesse muito menos homicídios, roubos e muito menos tráfico de entorpecentes, nós teríamos consertado as mazelas do centro de São Paulo.

É com essa hipótese que a Polícia Civil de São Paulo trabalha. Naturalmente, nós não estamos trabalhando com fantasia. Eu estou colocando: é impossível trabalhar com zero homicídios, zero roubos e zero tráfico de entorpecentes. É óbvio. Mas, se a gente deixar isso numa linha de suportável para todos nós, eu acho que nós teremos uma cidade muito melhor daqui a alguns anos. E é com essa mentalidade que a gente vem trabalhando.

Agora é preciso que se diga alguma coisa a respeito dessas modalidades criminosas.

Vamos nos ater a esses três crimes: no caso dos homicídios, por exemplo, em 1999, senhores e senhoras, a capital de São Paulo registrou – isso qualquer um de nós pode conferir numa pesquisa nas ferramentas de busca da internet – terminamos o ano com 5.327 homicídios no Estado de São Paulo; em 2022, terminamos o ano com 560 homicídios na cidade de São Paulo.

É de se considerar que houve uma evolução no campo da segurança pública no que tange a homicídios bastante significativa. No entanto, nós não percebemos isso. Há uma sensação de que os números de homicídio são os mesmos.

Do mesmo modo, se eu for mencionar os casos de tráfico de entorpecente, a gente vai observar que houve, por parte da Polícia de São Paulo, um aumento ano a ano e significativo das prisões por tráfico de entorpecentes. No entanto, ele não acabou.

No que tange aos roubos também: houve uma diminuição bastante sensível nos roubos no centro de São Paulo, mas não ao ponto de que nós estejamos numa situação

confortável. Precisamos trabalhar muito mais para que haja diminuição ainda muito mais sensível dos roubos e furtos na cidade de São Paulo.

Há grandes dificuldades de se trabalhar essa matéria pela seguinte razão: os roubadores nos centros das capitais – e não só de São Paulo – se tornam pessoas, entre outras, especialistas em roubar e em furtar. Essa indústria do furto e do roubo nas grandes capitais do mundo a fora são atrativas por conta dos chamados receptadores.

Então, vamos pensar no centro da cidade de São Paulo, acho que todo mundo sabe e vem sendo combatido pelas Polícias, a questão de furtos e roubos de celulares. Temos os furtadores de celulares que acabam se especializando nessa modalidade de crime; temos os receptadores, sujeitos que compram os objetos roubados e furtados, para fazer o comércio desses objetos e auferirem lucros com isso.

Problemas que a Polícia enfrenta – que estamos lutando para solucionar – gostaria que essa minha fala servisse e fosse ouvida, presenciada, pelos roubadores, porque a gente vai colocar aqui, exatamente, o que a Polícia vem fazendo, o próprio Município vem fazendo para combater essas modalidades criminosas, para que o ladrão saiba que ele vai ser preso.

Vou mencionar, rapidamente, como funciona, para que tenham uma ideia como é difícil prender autores de furtos e roubos de celulares.

Os senhores e as senhoras já ouviram falar, certamente, da gangue das *bikes*, que a TV mostra. Esses garotos se especializaram em pilotar a bicicleta diferente de um cidadão comum. Eles agem com as bicicletas com uma *expertise* e uma forma de andar que não é qualquer um de nós que consegue fazer.

Então, pegá-los é uma atividade bastante difícil. Mas, supondo que qualquer um de nós seja Polícia. Você está postado numa região de São Paulo que sabe que há roubos e furtos praticados por autores que usam bicicletas, são rápidos, velozes. Imagine-se você, como Policial, nesta cena. Você percebe, deduz, chega à conclusão de que determinados garotos que estão circulando, indo e voltando pela mesma rua de bicicleta, que são furtadores ou roubadores de celulares. O que você faz? Vamos dizer que você pare a bicicleta de alguma forma, porque se

mandar, ele não vai parar, vai desviar, subir a calçada e ir embora. Mas, vamos dizer que ele pare. E você pergunte: “O que você está fazendo com essa bicicleta”; “Estou esperando passar um trouxa para eu roubar o celular dele”. O que você faz com ele? Vamos dizer que acontecesse uma cena como essa. Impossível. Você levaria esse sujeito para a Delegacia de Polícia? Chega na Delegacia, ele fala assim: “eu não tenho nada comigo, não tenho objeto roubado comigo, não estava roubando ninguém, estava apenas andando de bicicleta”. O que a Polícia tem que fazer com esse rapaz? Liberá-lo. Não tem opção. A lei não prevê de outra forma.

Mas vamos dizer que você seja um Policial ainda mais esperto. Você consegue se ocultar atrás de árvores, de poste, e consegue, por algum meio qualquer, deter um sujeito desse logo depois que ele praticou o crime. O sujeito estava andando de bicicleta, uma vítima deu um vacilo, usando celular na rua, passa numa velocidade e leva embora aquele celular. Lá na frente, pouco depois que ele praticou esse crime, um Policial consegue detê-lo de alguma forma. Esse sujeito é levado para a Delegacia de Polícia. Que crime ele praticou? Crime de furto.

O crime de furto não é um crime previsto na nossa legislação penal como um crime grave propriamente. Corre-se o risco de a gente fazer um flagrante que demora horas, que toma da Força Pública de Segurança um tempo enorme tanto na Delegacia de Polícia quanto do Policial que prendeu que tem que ficar na Delegacia para fazer toda uma documentação que é chamada de Auto de Prisão em Flagrante.

Depois de tudo isso, esse jovem rapaz é encaminhado para o Poder Judiciário, para o Ministério Público, para que seja feita a chamada audiência de custódia. Como o crime não é grave, invariavelmente, pela nossa legislação, esse rapaz vai voltar para a rua. *Okay?*

Duas coisas acontecem a partir daí. Primeiro que ele se sente incentivado a continuar praticando crime e, segundo, aqueles que estão no seu entorno, que moram no seu bairro e que veem que ele praticou o crime e que, logo no dia seguinte ou dois dias depois, foi para a rua, entendem também que podem começar a fazer isso, porque afinal de contas não há grandes consequências.

O que nós estamos fazendo a partir de agora? A polícia vem monitorando esses

casos com inteligência policial, e o que significa isso, basicamente? Significa que esses rapazes estão sendo identificados por imagens e eles vão ser presos não mais pela prática do furto, que é crime menos grave. Eles serão presos pela prática da associação criminosa. Eles se associam para praticar esse tipo de crime. Eles não agem sozinhos. Há uma associação, há uma indústria que leva ao crime de furtos de celulares nessa modalidade de bicicleta.

Então o que que a gente tem de fazer? O que a polícia tem de fazer? O que a polícia vem fazendo? Nós vamos filmá-los, vamos identificá-los pelas imagens. Isso já está sendo feito, naturalmente. Eles vão praticar o crime, ainda que não sejam presos na sequência da prática criminosa em flagrante, nós teremos a sua qualificação. Pela sua imagem é possível fazer a sua qualificação. E nós vamos juntar essa documentação, como já temos feito, e autuá-lo no momento certo pela prática do crime de associação criminosa. Eles vão para a cadeia, porque o crime de associação criminosa é extremamente mais grave do que o de furto. E a prisão desses sujeitos não será mais feita em flagrante, mas por mandados judiciais, ou seja, nós vamos convencer o Poder Judiciário de que esses sujeitos filmados, cujas imagens estão sendo apresentadas ao juiz, num processo, esses sujeitos são membros de uma associação criminosa. E eles vão para a cadeia por isso. E aí eles ficam presos, não saem no dia seguinte.

Só que esse trabalho, gente, não é um trabalho que acontece da noite para o dia. Esse é um trabalho que está acontecendo já, mas que leva um tempo para que os resultados sejam vistos pela população. E nós acreditamos que, dentro de algum tempo, a gente extirpa de São Paulo esse mal que são os chamados furtos e roubos de celular a partir de bicicletas.

Eu tenho algumas imagens, até uma que está sendo mostrada ali.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JAIR BARBOSA ORTIZ – No mês passado, por exemplo, foram 19 presos nessas condições, por associação criminosa. Dezenove presos que foram para a cadeia por associação criminosa.

Então a tendência é de que o comércio seja menos prejudicado por conta desses sujeitos, se nós conseguirmos prendê-los pela chamada associação criminosa. Nós vamos diminuir com isso, e é o nosso objetivo realmente, os casos de roubos e furtos de celulares.

Há mais um problema envolvendo celulares. Depois que eles são furtados ou roubados, eles são entregues para os chamados receptadores. Hoje nós já conseguimos identificar uma série de receptadores. De que forma nós conseguimos identificar? Imagens. Da mesma forma que no crime das *bikes*, você não consegue prender o receptador em flagrante. É muito difícil. A gente até consegue prender, mas é muito difícil prender em flagrante. E também o crime de receptação não é grave a ponto de o sujeito não sair, no dia seguinte, na audiência de custódia. Mesmo que se prenda o sujeito em flagrante por comprar um celular roubado, por exemplo, no dia seguinte ele vai para a rua.

Então é preciso que a gente prove também através de um inquérito policial, de um processo, que aquele sujeito que comprou o celular na segunda-feira é um comprador de celular frequente, dentro de uma associação criminosa, de um grupo criminoso. Em conseguindo provar isso, a gente consegue manter esse sujeito preso.

O nosso trabalho hoje em relação aos receptadores é rigorosamente esse: o de provar que em determinado endereço, determinados sujeitos, são autores do crime de receptação, associados a outros criminosos e, portanto, manter a prisão desses sujeitos e não vê-los ser libertados na chamada audiência de custódia, no dia seguinte da prisão. É mais um trabalho que o município de São Paulo vem fazendo para botar esses sujeitos na cadeia e, conseqüentemente, com essas medidas continuadas de prender os sujeitos por associação criminosa, roubando, furtando, com o uso da bicicleta ou a pé mesmo, e prender os sujeitos, que são receptadores, e mantê-los presos por associação criminosa, a gente tende a diminuir sensivelmente essa modalidade criminosa no Centro de São Paulo.

O terceiro problema, já que falamos de homicídios que a gente vem diminuindo, ao longo do tempo, já que falamos de roubos e furtos de celulares, por exemplo, e dos receptadores desses objetos, que vem atormentando tanta gente no Centro de São Paulo; o terceiro problema

é o de tráfico de entorpecentes. Porque o tráfico de entorpecentes alimenta essas cenas abertas de uso de entorpecentes, que todo mundo conhece por cracolândia. O que alimenta isso? O que alimenta é o tráfico de entorpecentes.

A Polícia Civil de São Paulo com inúmeros outros órgãos públicos, estaduais e municipais, da área social, da área de saúde e da própria área de segurança, Guarda Civil, Polícia Militar, Polícia Civil, enfim, em conjunto, nós estamos fazendo uma série de trabalhos dentro de um processo, que não é tão rápido, mas a gente quer que ele seja contínuo no sentido de haver avanços significativos, sensíveis para a população do Centro de São Paulo, para diminuir ou mesmo acabar com esse flagelo que a gente conhece há 30 anos.

Eu sei que nós todos, nesse grupo de trabalho, como eu disse, são inúmeros os atores desse cenário, não só polícia, não é um problema só de polícia, cada um de nós vem fazendo a sua parte da melhor maneira possível. A Prefeitura, por exemplo, vem fazendo um trabalho cada vez mais eficiente e mais interessante, mais produtivo, de zeladoria. Eu não sei se todos já conseguiram perceber isso, ou se já viram esse tipo de trabalho sendo realizado, mas a Prefeitura está ampliando bastante a questão da coleta de lixo. A Prefeitura está tentando ampliar bastante – estou vendo como cidadão – a questão da zeladoria.

Então a gente tem buscado isso, que o município de São Paulo amplie as questões de zeladoria relativo ao Centro de São Paulo. Além da questão de zeladoria, o que vem fazendo a polícia, de modo geral? A Polícia Militar vem intensificando, e com bastante eficiência, os flagrantes de tráfico de entorpecente. Nós temos realizado, não sei se estão vendo nas imagens. Vocês podem olhar para a tela, e vão ver as imagens. Tudo isso é droga, gente, tudo isso é droga de gente que foi presa traficando no Centro de São Paulo, e eu estou falando de janeiro a março de 2023. É muita, muita droga já apreendida pela polícia, no Centro de São Paulo. Junto a essas drogas, que estão aí apreendidas, foram presos os sujeitos, que são os autores.

Há quatro tipos de autores que a Polícia Civil de São Paulo investiga. Há mais, mas vamos resumir a quatro os atores do tráfico de entorpecentes do Centro de São Paulo. São os sujeitos, que são traficantes, mas também são usuários. Eles são cooptados pelo tráfico, porque

dentre os próprios usuários que formam a cena da cracolândia, cenas abertas de uso, dentre eles há os que são cooptados, que estão em melhor situação, para fazer a distribuição de droga para os seus pares ali nas cenas de uso, durante o uso. Esse é um tipo de traficante.

O segundo tipo de traficante é aquele que ainda não está envolvido, não está morando nas ruas, mas que é um traficante de pequeno porte. E ele usa de uma malha de transportes para chegar ao Centro de São Paulo. É por isso que o Centro de São Paulo é escolhido por traficantes e por usuários para ser ponto de uso de drogas, da forma como conhecemos, cracolândia. Porque a quantidade de meios de transporte que leva o sujeito para o Centro de São Paulo é muito grande. Ele pode vir de trem, de metrô, de ônibus, a pé, de bicicleta; o Centro de São Paulo é extremamente acessível para o pequeno traficante.

O terceiro tipo de traficante que milita no Centro de São Paulo, eu diria que é o traficante que está no meio do caminho entre o poderoso investidor de drogas e a distribuição na ponta da linha, aos usuários. É aquele sujeito que já vive das drogas, é um empresário das drogas. A polícia também vem trabalhando para prender esses empresários das drogas. É com eles que a gente encontra essas quantidades maiores de entorpecentes que, naturalmente, não são distribuídos da forma que vocês estão vendo nessas imagens, nas ruas.

Na imagem, na parte de baixo, é possível ver uma quantidade enorme de pequenos papelotes, mas isso aí estava armazenado na casa de um grande traficante.

E lá pelo fim da ponta da linha, o quarto tipo, que é o investidor. É o sujeito que nem põe a mão na massa, ele põe dinheiro no tráfico de entorpecentes. A polícia também trabalha com investigação dos sujeitos que põe dinheiro no tráfico de entorpecentes. São os investidores desse universo do tráfico de entorpecentes, que aparentemente são pessoas insuspeitas morando em bairros nobres, etc. e tal, mas a gente está chegando neles também. Então é uma briga enorme da Polícia Civil hoje, em São Paulo, da Polícia Civil e da Polícia Militar, da própria Guarda Civil, dos agentes de segurança pública de um modo geral. No que tange ao centro de São Paulo, é uma briga enorme para enfrentar essas mazelas todas que eu acabei de mencionar aqui. Poderia ficar horas falando disso e respondendo a perguntas sobre esse tipo de matéria,

mas eu espero ter colaborado apenas para dar uma ilustração.

Olhem a quantidade de entorpecentes que vocês podem ver nas imagens. Aí tem mais de 300 quilos de cocaína. É apenas uma forma de trazer para quem nos assiste, para quem nos procura, informações precisas sobre o que está sendo feito pela polícia de São Paulo. É uma luta diária, uma luta diuturna, eu diria, mas eu espero sinceramente que a gente venha a auferir bastante resultado com essa luta que hoje é o grande empenho do Governador do Estado de São Paulo, a questão da segurança pública, e eu diria também que do próprio Prefeito de São Paulo, no que tange ao Centro.

Se nós conseguirmos, de fato, diminuir roubos, furtos, receptação e tráfico de entorpecentes no centro de São Paulo, diminuindo sensivelmente ou extirpando de vez esse malefício que causa à cidade, que é conhecido por cracolândia; se nós conseguirmos esses resultados em algum tempo, e não pode ser muito tempo, eu tenho bastante convicção de que nós vamos viver numa cidade muito melhor. Eu, como cidadão, penso dessa forma e, como agente público, faço o possível para que isso seja realidade dentro de algum tempo. E esse tempo não pode ser muito longo porque nenhum de nós aguenta mais tanto problema.

Sr. Presidente, eu não sei se há possibilidade de fazer perguntas ou... Eu estou aberto a qualquer tipo de indagação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito. Obrigado, Dr. Jair.

Agora vamos ouvir. É uma audiência pública, vamos ouvir o público. Nós estávamos preparados aqui. Vamos começar pelas chamadas *on-line*.

Quero agradecer aos nossos intérpretes de Libras, Marilene Santos Cuba e o Edmilson Freitas Cuba.

Inscrições *on-line*, a primeira, Luana Cristina Costa Araújo. (Pausa) Adailton Souza dos Santos. (Pausa) Gabriel Januário de Mare. Gabriel, me ouve? (Pausa) Assim que conectar me avisem, por favor. Gustavo da Silva Macedo. (Pausa)

O SR. GUSTAVO DA SILVA MACEDO – Alô.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Gustavo ou Gabriel?

O SR. GUSTAVO DA SILVA MACEDO – Gustavo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Gustavo, três minutos.

O SR. GUSTAVO DA SILVA MACEDO – Eu só quero fazer uma pergunta para o pessoal da Mesa. Eu sou de Taboão da Serra, não possuo residência fixa em São Paulo. Eu posso continuar ou tem algum problema?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, segue, faz a pergunta.

O SR. GUSTAVO DA SILVA MACEDO – *Okay*. No caso, eu não queria fazer uma pergunta, queria fazer mais uma indignação da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito.

O SR. GUSTAVO DA SILVA MACEDO – Eu sou de Taboão da Serra, trabalhei minha vida toda aqui e quando eu vou para o Centro, principalmente quando eu vou... Eu fui à Sala São Paulo, Sala São Paulo foi incrível por causa que causa uma indignação muito grande, da minha parte, ver a quantidade de pessoal que está no mal do vício, entendeu? E transformam o centro de São Paulo num lugar bizarro de se visitar com a família, com amigos, principalmente na parte noturna. Com certeza, o pessoal... ali vira outro mundo, não vira mais São Paulo.

Minha indignação também com relação à legislatura que vem, legislatura passa uma, duas, três, quatro, cinco, prefeito vai e volta, eleição e reeleição, ano após ano e nada é feito. Os problemas em São Paulo são sempre os mesmos, então é uma indignação da minha parte até...

Esqueci a palavra. É... o apelo que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fica à vontade.

O SR. GUSTAVO DA SILVA MACEDO – Então o apelo que eu faço para que, assim... ao pessoal todo que... representantes da polícia, da Guarda Civil, da Polícia Militar, da iniciativa privada. A gente entende que todo mundo está trabalhando ali pelo mesmo bem. Então, assim, em relação ao futuro da Cidade, que conversem entre si. É só uma ideia, lógico. Que conversem entre si, depois busquem os vereadores; se juntar mesmo como civis para que isso seja mudado. A gente entende que muitos políticos que... Às vezes eles trabalham até contra o que é feito na Cidade em relação à segurança. É necessário que a pessoa trabalhe,

principalmente os políticos para que bata de frente com o pessoal que não quer que esse problema seja resolvido. Com certeza vai ter o apoio da população e, pode ter certeza, com apoio da população não tem quem se oponha. Certo?

Então, é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Gabriel.

Isabela. (Pausa) Se alguém se conectar, das chamadas *on-line*, pode me avisar que não será prejudicado.

Presencial, por três minutos, Dra. Jane Rodrigues, assessora do Vereador João Ananias. Em seguida, Luiz Castro, Cura São Paulo.

Temos 12 inscrições, 36 minutos.

A SRA. JANE RODRIGUES – Boa tarde a todas e a todos.

Meu nome é Jane Rodrigues, sou advogada e assessora do Vereador João Ananias, que aqui represento. Gostaria de agradecer ao querido Vereador Presidente Jair Tatto pela possibilidade de fala.

Eu acho que não tem como falar em melhoria do centro de São Paulo sem falar nos dependentes químicos que estão em situação de rua, então o meu questionamento é sobre esse tema tão desafiador.

No passado nós tivemos, como a Secretária Soninha falou, o programa De Braços Abertos, do Prefeito Fernando Haddad, que era direcionado aos dependentes químicos, inclusive foi um programa premiado e que não está sendo mais aplicado. Então a minha pergunta é no sentido de o que a Prefeitura atual vem fazendo para essa população que precisa tanto de política pública para acolhimento e para reabilitação.

É isso, Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dra. Jane.

Luiz Castro. Em seguida, o Bruno Fernandes Bernardo, dos Bares pela Democracia.

O SR. LUIZ CASTRO – Boa tarde.

É um prazer participar de mais uma audiência. Isso é uma aula e acredito ser um

dever cívico de cada um de nós estar aqui aprendendo. Secretária Soninha, obrigado pela aula. Delegado, também, riquíssimas informações que eu acredito de extrema importância para todos.

Eu vejo aqui assuntos muito em comum, que são as pessoas em estado de vulnerabilidade e há um mecanismo dentro do nosso estado que permeia todas essas instâncias, que deveria ser um pouco mais explorado, que são os Conselhos Comunitários de Segurança, que hoje têm a participação de todos os delegados, comandantes da Polícia Militar, Guarda Civil, CET, subprefeitura. E eu acredito que seja muito importante ampliar e trazer um pouco mais de calor a essas discussões, a essas plenárias mensais, realizadas em todos os bairros. É um suporte incrível à subprefeitura.

Hoje, há um déficit de subprefeituras. Na região central de São Paulo, se somarmos quantas subprefeituras atuam e mesclarmos com a quantidade de conselhos comunitários de segurança, vamos ter uma informação bastante interessante: são 12 conselhos comunitários de segurança, 12 voluntários presidentes, 12 delegados, comandantes, guarda civil que está à disposição da subprefeitura para isso.

Eu consigo imaginar que possa haver uma integração maior, interatividade da SMADS, por exemplo, participando dessas reuniões, dessas plenárias do Conselho de Segurança. Eles atendem muitas demandas de moradores de rua e não sabem muito o que fazer. Essas demandas, quando bem trabalhadas, que não é o foco principal do Conselho Comunitário de Segurança, evitam roubos, homicídios, tráfico.

Os conselhos comunitários de segurança são os olhos detalhados das ruas e dos bairros. É humanamente impossível a Subprefeitura da Sé dar uma devida atenção, uma vez que cuida praticamente do Centro inteiro.

Deixo aqui uma contribuição, para não estender muito o meu tempo, para que se crie um diálogo entre a Secretaria de Segurança que está atrelada ao Conselho Comunitário e à Prefeitura, utilizando melhor os conselhos comunitários para atender a demanda da sociedade.

Então deixo uma sugestão, Sr. Presidente, para fazermos uma reunião com os 12 presidentes da região Central de São Paulo e o pessoal da SMADS. Porque, realmente, esse

pessoal não divide bancada de mesa, porque se reúnem o representante da Polícia Civil, delegado, comandante da Polícia Militar, a Guarda Civil, CET, SP Trans – e o social? Há ainda a lacuna do social. Vamos preencher essa lacuna com o Conselho de Segurança. As demandas dos Consegs já são – e muitas – com pessoas em estado de vulnerabilidade. Vamos fortalecer essa pauta, porque a gente vai conseguir, ao menos, impedir incidência maior de pessoas em estado de vulnerabilidade na região do Centro, o que já seria de grande contribuição.

Uma secretaria com orçamento, salvo engano, de 1,280 bilhão, tenho certeza que essa contribuição seria muito favorável para a nossa cidade.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Luiz.

Dr. Jair pediu licença, como tinha comentado, ele deixou a exposição dentro daquilo que é permitido para a nossa Comissão e haverá os encaminhamentos, depois, chegará até ele. Deixou o celular particular para a Comissão. Está à disposição.

Vamos seguindo. O Sr. Bruno Fernandes Bernardo, Bares pela Democracia. Em seguida, o Sr. Thiago Vaz de Almeida, cidadão morador do Brás.

O SR. BRUNO FERNANDES BERNARDO – Boa tarde, Presidente, Parlamentares e todos que estão presentes.

Sou o Bruno Fernandes Bernardo, estou junto com Bares pela Democracia. Queria discorrer sobre alguns pontos da Lei do Psiu, que está na ABNT, de 2019. Ela permite, numa Zona Mista, o volume máximo de ruído de 55 decibéis, entre as 19h e as 22h; e entre às 22h e 01h, é permitido 50 decibéis de ruído.

Eu estou aqui com um decibelímetro registrando que esta nossa audiência emite, em média, 76 decibéis. Chegou no máximo de 100 decibéis. O volume proposto pela ABNT é simplesmente impossível de ser atendido. Olhem aqui, 76 decibéis, e a lei permite 55 entre 19h e 22h. Se este local fosse um bar, nós estaríamos multados.

Eu tenho uma pequena tabela de equiparação de níveis de som de decibéis: 50 decibéis é o som de chuvisco ou de um *freezer* ligado a um metro de distância. É isso que a lei

permite. Uma conversação normal registra 60 decibéis ou o coaxar de um sapo.

Ou seja, se eu abrir meu estabelecimento sem pessoas, sem música, mas se um sapo decidir aparecer e coaxar, eu posso ser multado pela Lei do Psiu. Isso permite qualquer tipo de abuso.

Sou proprietário de um bar que mais de 60% dos frequentadores é composto de público LGBT. Tenho uma vizinha que está nos perseguindo, já fez comentários homofóbicos na nossa página do Google. Ela chama a fiscalização, várias vezes o fiscal mede, vai embora. Nem estávamos com o som maior do que o permitido, mas é complicado.

Quanto aos agentes da polícia - nem é uma crítica a eles, sempre fomos muito bem tratados pela polícia, não é esse o ponto -, mas o fato de chegarem com o fiscal do Psiu, com seis viaturas da GCM, um deles portando uma metralhadora, assustaram muito todos nós. Na hora que vi aquilo achei que tinha um terrorista dentro do bar. Eu achei que era isso.

Quando vi que era o Psiu, eu falei: Como assim? O bar está tranquilo, todos conversando de boa na calçada. Vieram vários, foram embora, mas só essa ação já foi complicada e constrangedora, acaba espantando os clientes e ferindo o meu direito à livre iniciativa que, inclusive, é cláusula pétrea da Constituição.

Eu queria salientar esses fatos. A Lei da ABNT, como está colocada, permite uma série de arbitrariedades, do próprio vizinho que talvez tenha algum outro motivo, a lei já é quase automática. O fiscal veio duas vezes numa mesma noite, mediu, foi embora. Teve uma multa que ele chegou a me dar, mas foi de uma maneira que o ruído ambiente registrado era de 56 decibéis. A gente fez laudo técnico e nosso laudo mostrava que o ruído da rua estava acima de 70 decibéis. Por causa do ruído da rua o fiscal vai lá e vai embora. Por isso, ficamos muito abertos a essas arbitrariedades.

Só para encerrar, eu quero citar outro fato. Estou com uma reportagem da Abrasel, informando que o setor de bares e restaurantes foram responsáveis, no ano de 2022, pela geração de 150 mil novos empregos. A gente não está brincando, está tentando trabalhar, gerar empregos, e respeitando. Nós fechamos cedo, como eu falei, a gente não bota festão, *funk*, não

faz nada disso. Mas a lei consegue nos perseguir. Ela precisa ter algum tipo de revisão para que eu tenha a liberdade de exercer a minha atividade comercial. Senão fica complicado.

Desculpe se me alonguei um pouco. Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Sr. Thiago Vaz de Almeida. Em seguida, o Gabriel Moraes Basila.

O SR. THIAGO VAZ DE ALMEIDA – Boa tarde a todos, todas. Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos presentes.

Tocou bastante um ponto que o Dr. Ortiz falou. Acho que ele resumiu bastante tudo o que nós falamos. Entendo a necessidade dos trabalhadores, eles precisam de muita coisa, mas o ponto principal que o Dr. Ortiz tocou muito bem é a segurança pública.

Acho muito interessante a sugestão de trazer composteira, saneamento básico, liberdade para o povo, mas todos vão sair daqui tarde, terão de passar na Sé com medo de ser assaltado, furtado, de ver entorpecentes.

Antes de nós tratarmos qualquer assunto para colaborar com os trabalhadores, temos de abordar ajuda a eles como civis. Não serem parados em qualquer momento. Não é a GCM que está parando a gente, como ele falou agora, foi um policial armado. A gente está com medo de o policial chegar no local com uma arma, mas não temos medo do bandido que está na rua.

Enquanto isso a gente vê por aí muitos deputados e deputadas que defendem a criminalidade. Falam que há uma lógica no roubo, por exemplo, jogam contra todos que querem trabalhar, que querem ter segurança e aproveitar o tempo num bar durante a noite.

Entendo totalmente a comissão dos bares, pois eu trabalhava e gostava de sair, aqui, no meio da Sé, no Anhangabaú, ficar em um barzinho até tarde, podendo me divertir com meus colegas, mas não poder ter a segurança de poder ter? Então, acho que volta um pouco atrás.

Realmente, são todas pautas legítimas, mas temos de tratar da segurança. Entretanto, também temos de tratar da habitação. Hoje, temos prédios públicos que nem sabemos que são prédios públicos. Por isso mesmo, se não me engano, há um requerimento de

informação do Deputado do Carmo, nº 183, em que ele pede um levantamento de todos os prédios públicos. Em vez de intervirmos, de invadirmos, por que não cobramos esse requerimento, tentando identificar esses pontos e, realmente, com o Poder Público, atuar? Se é um prédio parado, sem fiscalização, sem pagamento de imposto, autuamos, mas, se for um prédio que está lá, parado, entendemos o porquê de esse cara estar parado. Vimos, aqui, comerciantes que não estão parados porque querem, mas porque aconteceu. Muitos desses prédios, desses estabelecimentos, precisam ser invadidos? Creio que não.

Outra questão é a do saneamento básico. Creio que limpar realmente não é papel só dos trabalhadores, dos funcionários, da segurança pública, do público, mas de nós mesmos. Então, até proponho e acho legal, como a Soninha disse, um IPTU mudado, assim, que seria o quê? Incentivar a nós mesmos, para os nossos bairros serem mais limpos. Um exemplo é o comitê, com redução de IPTU por bairros mais limpos. Se há uma região em que vai ter baixado o IPTU e eu falar para a deixarmos limpa, pois, se não o fizermos, o IPTU pode aumentar ou se manter, creio que, se todo mundo for vizinho, ninguém vai querer jogar o lixo na rua.

É só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Thiago. Foi o Deputado Jorge do Carmo que fez o requerimento. É isso? Está ok. Sr. Gabriel Moraes Basila, dos Bares pela Democracia? Em seguida, será a Sra. Mônica Marques, também dos Bares pela Democracia.

O SR. GABRIEL MORAES BASILA – Eu estou aqui pelos Bares pela Democracia. Além de estar pelo bar, também estou aqui como morador, pois moro no bairro há 30 anos. Levando em consideração o que a Soninha falou, eu acompanho esse crescimento que pelo menos o Centro Expandido tem tido, o que é dito aqui. Eu acho que é uma coisa meio óbvia e não há mais o que fazer. Os bares estão tomando conta e isso traz problema para os moradores.

Na verdade, não é nem que traz um problema. Desculpem o nervosismo, pois não estou muito acostumado a falar em lugar assim, mas, enfim, o que quero dizer é que, além dos problemas que os moradores dizem que trazemos, eles também têm de ver as soluções que damos. Trazemos segurança, público na rua. Isso evita, muitas vezes, roubo, tráfico, entre outras

coisas que foram faladas aqui. Inibe.

Sabemos que mudar uma lei é muito difícil, mas precisamos nos unir, os bares com os moradores. Estava falando com o meu amigo PH para trazermos associações, uma associação dos bares e também a associação dos moradores, mediados por alguém, por algum Parlamentar. Enfim, eu não sei os nomes certos, mas é para debatermos, porque é importante sabermos, também, o nosso limite, onde estamos incomodando, mas aquilo a que temos direito. É muito difícil para nós, que temos bar.

O rapaz falou que os bares têm medo de o policial chegar armado, mas não têm medo do bandido. Não, meu amigo, não temos medo de o policial chegar armado. Queremos ser respeitados, porque estamos trabalhando. Se você está trabalhando, não precisa vir um policial armado ao seu bar com o Psiu, a menos que tratemos o Psiu ou qualquer outra coisa de uma forma diferente, o que já aconteceu no meu bar. Durante a pandemia, não foi nem a GCM. Foi a Rocam com o Psiu e quem está passando, do público, vai olhar e vai falar: “O que é isso? É um ponto de drogas. Não é possível. Para estar a polícia desse jeito...”

Então, a minha fala é mais ou menos sobre isso. Trazemos barulho, sim, mas trazemos solução, pelo menos na rua do Furduncio, que foi citado aqui. Na rua do meu bar, antigamente, ninguém passava. As pessoas tinham medo e hoje as pessoas passam tranquilamente. Inclusive, quando vão mexer no celular, entram nos nossos bares para poder falar. Falam: “Gente, licença. Só vou entrar aqui para pedir o Uber.” É isso ou qualquer coisa do tipo.

Eu acho que vale muito a pena trazermos uma associação dos moradores e uma associação dos bares e debater quais pontos são mais importantes, aonde podemos chegar no nosso barulho, os nossos horários. Por fim, devemos nos ajeitar, parar com essa perseguição de um lado e do outro e resolver isso. Como participamos dos Bares pela Democracia, acreditamos na democracia, que é você ouvir e você falar. Quando temos uma conversa, com certeza vamos chegar a um local em comum, onde todos vão se dar bem.

Boa tarde. É isso. (Palmas)

O SR. IGOR GALVÃO DE FRANÇA – Sr. Presidente, só para que fique registrado, acho importante citar o nome da rua: Rua Conselheiro Nébias, que é em uma região onde os índices de assalto sempre foram muito altos e a atuação dos bares e de pontos de cultura inibe isso e traz paz e segurança. Eu moro naquela região há mais de sete anos e eu vi a mudança que esses pontos de comércio trouxeram. Acho importante só registrar o nome da rua: Rua Conselheiro Nébias, ali, na região dos Campos Elíseos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Foi o Sr. Gabriel que falou agora, não é? Sra. Mônica Marques, dos Bares pela Democracia? Depois, será a Sra. Raimunda Adriana.

A SRA. MÔNICA MARQUES – Oi, boa tarde. Quero agradecer o espaço, por vocês ouvirem as nossas demandas.

Na verdade, o que eu gostaria de falar já foi até contemplado pelo Gabriel e pelo Bruno, mas eu só quero ressaltar, mais uma vez, que não é que sejamos contra a fiscalização em si. Existem bares que excedem de todas as formas os ruídos e incomodam, realmente. Vão até muito tarde, mas não é o caso dos bares que fazem parte do nosso grupo. Tentamos manter sempre dentro do razoável, fechar mais cedo. Se há alguma festa, fechamos até mais cedo ainda, mas tem de haver uma razoabilidade por parte da fiscalização, das leis.

Por exemplo, no meu bar recebemos uma multa. Havia cerca de 10 pessoas em frente a ele. Existe a lei antifumo. As pessoas não podem fumar dentro dos estabelecimentos. Então, eram apenas algumas pessoas conversando e por conta disso recebemos uma multa de 14 mil reais. Para um empreendimento pequeno, como é o nosso, até, digamos, familiar, é uma soma muito grande. A próxima é o dobro. São 28 mil reais. Até como o Ferreira disse, um grande bar que tem um grande lucro paga o mesmo valor que pagamos. Então, isso acaba criando uma injustiça social.

Então, é isso.

Obrigada, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sra. Mônica. A Sra. Raimunda se retirou. Sr. Luiz Guilherme Ferreira? Em seguida, será a Sra. Eliza Martins.

O SR. LUIZ GUILHERME FERREIRA – Acho que, primeiramente, quero esclarecer a minha fala inicial, da leitura, pois houve algumas autoridades que falaram, se defendendo e falando sobre eventuais abusos que tenham acontecido, que se podem relatar. Quando falamos em abuso e desproporção, eu acho que é o caso que foi exemplificado aqui. É você estar no bar, chegarem cinco viaturas de polícia e entrarem armados no seu bar, para medir um barulho. Enfim, entramos nesse debate do volume de decibéis. A desproporção que trazemos na nossa carta aberta é em relação ao que já foi também exemplificado aqui, que é tomarmos a mesma multa do Allianz Parque. Então, eu quero deixar isso bem claro. Acho que é unânime. Com exceção de um caso recente que tivemos neste final de semana, de um abuso de força policial, de um integrante do grupo, não temos mais muito o que dizer.

Eu falo pessoalmente. O Leandro falou do Psiu. Eu fui atendido pessoalmente por ele quando tive esse problema no Psiu. Ele me trouxe todas as informações necessárias, que estavam à mão dele, mas aí já é a nossa primeira demanda. Eu tenho de ir até o Psiu para ter informação. Eu não chego, sou multado e trazem-me tudo, certinho, de que forma eu consigo fazer isso funcionar. Então, não é uma crítica à atuação, exatamente, de quem aplica a lei. É à lei em si. A lei é inaplicável. Um sapo coaxando é mais alto do que o volume que a lei determina. Então, ela é inaplicável. Estamos trazendo essas contradições da própria lei. Não é uma crítica a fiscais, a policiais ou a quem quer que seja.

Queria falar do meu caso pessoal, pedi a fala em função disso. Eu, atualmente, respondo a nove processos: um inquérito civil; um inquérito criminal; duas ações judiciais civis; duas reclamações no Procon; uma reclamação na Vigilância Sanitária; um processo administrativo de cassação de alvará, e eu mesmo dei entrada em um processo contra as multas do Psiu. Ganhei a liminar e foram suspensas. Então são nove processos. Foi uma ação coordenada entre o vizinho que mora nos fundos do meu bar, que não mora na casa e aí o Psiu, mesmo assim vai lá, mede. Está dizendo que ele está sendo incomodado, uma pessoa que não mora, mediu. Chegou numa medição ali que depois a justiça reconheceu como não sendo legítima e fechou por três meses. Eu contratei advogados etc. E esse vizinho, em conluio com a

associação de moradores, que é a Somasu, Moradores do Sumaré, um faz uma ação em nome de uma pessoa física, outro faz em nome da associação e assim vai. E a Lei foi indo junto com eles, empurrando beira de uma descida. Eu sou dono de bar, logo eu tenho que ser fiscalizado. Eu recebi mais de dez fiscalizações no ano de 2022. Nenhuma me pegaram em nada, mas eu continuei sendo fiscalizado. É uma perseguição pura e simples e clara. Os policiais, a Polícia Militar já me conhece lá. Meu estabelecimento faz parte do programa da vizinhança solidária. Eu vou no Conseg, eu faço parte do Conseg do meu bairro. Eu já fui lá propor, que já existe uma estrutura feita para debater esse tipo de coisa. Quanto de dinheiro público foi gasto o para ele ter razão no final das contas? É um absurdo isso. Existe já uma estrutura, que é o Conseg, de debate comunitário. Estamos falando de comitês etc. a gente pode trazer outra figura. Mas os Consegs muitas vezes cooptados por essas associações de moradores que utilizam a lei como instrumento de perseguição, ele já está lá feito. Então a gente tentar estruturar, trazer outros tipos de representantes. Os representantes dos comércios têm de ter uma cadeira fixa no Conseg. Não tem como a gente continuar nessa estrutura. Já temos uma estrutura pronta que é utilizado para perseguição. Eu fui difamado diversas vezes lá. Antes de eu chegar e me impor nessa questão.

Estamos aqui, agora voltando como representante do grupo bares pela democracia, em busca de diálogo. E o nosso encaminhamento é a regulamentação da fiscalização. Tem que ser regulamentada. Alguém reclamou, tem que medir na casa do cidadão que reclamou. Agora, na porta do meu bar, é óbvio que vai dar mais de 40 decibéis. Um sapo faz mais do que isso. Então tem de regulamentar a fiscalização. A atuação do fiscal. Os valores da multa, já tem um projeto de lei falando sobre isso. É impossível. É inacessível um bar do nosso tamanho tomar 14,28, 39mil reais de multa. São mais de 70 mil reais. Acaba com o nosso comércio...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próxima inscrita, Sra. Monica Marques...

O SR. LUIS GUILHERME FERREIRA – Só mais um encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não há mais tempo. Hoje é o início do processo.

Com a palavra a Sra. Monica Marques. (Pausa) Ausente. Sra. Elisa Martins.

A SRA. ELISA MARTINS – Boa tarde a todos os presentes.

Sou advogada, fui chamada para constar, analisar algumas autuações da Lei do Psiu e com relação a questão da licença. Acredito que isso também está dentro da lei de Zoneamento que também, impacta na segurança jurídica que esses empreendimentos têm sofrido. Eles sentem muito a insegurança jurídica na aplicação da lei. Eu analisar o caso prático, acho que peguei uns quatro para ver, a gente chega na seguinte conclusão de que a ABNT citada que seria a norma técnica, ela não é observada. O que acontece? É obvio que, se aqui nesse ambiente estamos a 70 decibéis, evidentemente, que um bar, que é uma atividade de lazer que os jovens vão lá, aliás eu perguntei a vocês: que cidade a gente quer ter? Que cidade você quer para o seu filho jovem que não tem lugar para diversão? É na rua? Aonde? Esses espaços não podem se sentir seguros de exercer sua atividade. A observação que foi feita por mim na análise dos casos é de que há um certo excesso na forma de medição que não segue as normas técnicas observadas pela ABNT. A legislação que a gente tem na Lei de Zoneamento, depois do decreto também concede esse tipo de competência para a prefeitura estabelecer isso.

Então traria esse questionamento ao Sr. Presidente, por que não observar rigorosamente o que está na ABNT? Isso faria uma diferença. Um sapo cochando ao lado de onde eu estou dormindo. Sim, isso é desconfortável para dormir, mas um sapo cochando dentro de um bar! Não, isso não pode ser objetivo. Depois de três autuações vocês lacram o estabelecimento. Isso significa que a gente está, o poder público por meio dessa lei, está tendo poder de fechar estabelecimentos dentro desse lugar de desproporção. Isso, obviamente, fere a Constituição e várias outras cláusulas pétreas.

Então acho que eu colocaria essa provocação sobre o referencial da aplicação dessa Lei do Psiu. Sim, todo mundo tem direito a sono, ninguém quer o sapo do teu lado dormindo, mas obviamente os bares precisam da sua atividade, afinal nós estamos na cidade de São Paulo, uma cidade que não dorme. Uma cidade que precisa de vida ativa e eu agora vou colocar como cidadã. É muito triste a Rua Augusta, uma hora da manhã, fechada. Gera insegurança. É obvio que esses lugares, eu fiz Mackenzie, meu primeiro estágio foi no Xavier de Toledo. Eu fazia o

percurso a pé. Muito triste o que tem acontecido na cidade. É muito triste observar o quão está ficando careta com poucas possibilidades para a juventude. Bares, eles provem lugares seguros para as pessoas se divertirem. Afinal o sono é legal, diversão também é necessária. Estamos vendo níveis muito altos de violência entre os jovens. Vamos pensar que a gente precisa de espaços para as pessoas irem lá se divertir, colocar a energia para fora.

Então coloco essas provocações e por fim também eu acho que teve relatos muito sérios que chegar a mim de GCM portando metralhadoras para chegar para autuação do Psiu. Eu soube de pelo menos duas pessoas, que policiais ameaçaram de prisão na autuação de psiu difícil e de licença. Então, desse lugar que eu entendo que há um certo abuso de poder na aplicação da Lei. Obviamente, que ninguém é contra o sucesso das pessoas, mas o equilíbrio tem que regulamentar e todos temos direito. Direito de sossego, direito de diversão e o direito a atividade econômica.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigada, Sra. Elisa.

Próximo inscrito Sr. Guilherme Rodrigues de Oliveira, do Movimento Brasil Livre. Em seguida, Miriam Martins, moradora do Centro, Comitê Popular.

O SR. GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Obrigado pela oportunidade de fala, Sr. Presidente.

Gostaria de comunicar, meu nome é Guilherme Rodrigue, sou representante do Movimento Brasil Livre, reconheço o pedido dos bares. Realmente essa fala de vocês só mostra o quão é difícil ser empreendedor neste país. Como o outro ali disse levaram mais de 150 mil de empregos e tudo mais. Então reconheço esse pedido e quero continuar aqui nesse assunto de comerciantes porque há outros comerciantes prejudicados, pela região central de São Paulo, principalmente pela situação das pessoas que estão em situação de vício de drogas, e em situação de rua.

Vou ler parte da matéria do jornal *Folha de S.Paulo*, de março de 2023: “Ao menos 23 comerciantes fecharam as portas nos últimos três meses, da região da rua Santa Ifigenia no

bairro de Campos Elíseos, no Centro de São Paulo, após a chegada de usuários de drogas na Cracolândia, que antes ocupavam o entorno da Praça Júlio Prestes, a pouco quilômetros de distância.”

Então são 23 comércios fechados senhores, por conta da cracolândia. Nós sabemos disso há muitos anos, como o Delegado falou há 30 anos. Não conseguimos resolver, enquanto outros empreendedores como os dos bares, estão sendo prejudicados por isso. E relato deles que a sua clientela tem medo de ir até a região para usufruir desse comércio.

Diante desse problema quero colocar duas propostas: uma e a descentralização dos serviços de Assistência Social. Podemos ver isso é claro. A maioria das pessoas que são no Centro de São Paulo, na parte da cracolândia não são dessa região. São de outros bairros, talvez de outras cidades. Então, essa descentralização faz com que eles voltem para a sua cidade de origem, para o seu bairro de origem com uma assistência, um acolhimento inteligente, com capacitação para voltarem ao mercado de trabalho, assistência médica, por exemplo. Dessa forma nós liberamos o centro de São Paulo para o turismo porque nós somos a maior cidade da América Latina. Nós não podemos estar nesse estado. Liberamos o centro da cidade para o que ela foi feita para ser, um Centro Turístico e conseguimos exercer liberdade para a polícia trabalhar contra facções criminosas que nós sabemos que dominam o centro dessa parte de drogas, investigar os traficantes que fazem todo esse trabalho. Então, com a descentralização, acolhimento inteligente desses viciados infelizmente em drogas, nós conseguimos dar liberdade para a polícia limpar a cidade do crime organizado.

É isso que eu queria falar. Obrigado pela oportunidade.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Miriam Martins.

A SRA. MIRIAM MARTINS – Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou Miriam, moradora do centro. Sou assistente social, mas trabalhadora no centro. Não sou daqui de São Paulo, sou do Nordeste, do Ceará. Cheguei aqui em São Paulo em 2016, já morando e trabalhando no Centro. Então, eu meio que peguei um pouco essa

mudança do Centro, de 2016 para cá. Um local, uma região de São Paulo onde minimamente tinha uma segurança, onde a cultura os espaços culturais, os bares, funcionavam de uma forma mais, digamos assim, dinâmica e livre, porque as pessoas frequentavam muito mais o Centro de São Paulo do que frequentam hoje em dia.

Então, o abandono do Centro é nítido para quem passa, para quem mora principalmente, mas também para quem transita no centro de São Paulo. É sujeira, é calçada quebrada, são espaços públicos abandonados ou fechados, véde o Bom Prato e o CTA. Muito CTA foi fechado principalmente de 2016 para cá, pelas últimas gestões da Prefeitura e do Governo do Estado de São Paulo. Então, a situação das pessoas em situação de rua se agravou muito nesse período por causa desses espaços, desses fechamentos. O Bom Prato foi recentemente ali na região dos Campos Elíseos foi fechado. O CTA ainda tem? Tem. Eu moro perto de um CTA, mas ele não é frequentado, não porque as pessoas gostam de viver na rua, é porque não existem pessoas em situação de rua que gostam de viver na rua, ninguém gosta de estar morando debaixo de um viaduto, ou dormindo em cima de um papelão, elas não frequentam, não tem condições de abrigar essas pessoas porque eles são sujos, eles são imundos, e as pessoas preferem viver, passar uma noite na rua do que ir para um CTA, dormir numa cama para pegar uma doença e ficar suja, sair, e morrer talvez. Talvez elas morram mais rápido frequentando um CTA do jeito que está hoje do que se tivesse no meio da rua.

Sobre a questão dessa violência, desses espaços que está acontecendo em São Paulo de um ano para cá, se não me engano foi na *Folha* que saiu, foram 40 estabelecimentos fechados no centro de São Paulo, fora o aumento de roubos. Saiu uma matéria que principalmente no Campos Elíseos, que é o bairro onde eu moro, é onde tem o maior caso de roubos, são 20 por dia, então tudo isso também para a gente pensar quantos comércios ainda continuarão sendo fechados no centro de São Paulo, até quando vamos conviver com a falta de gestão pública de espaços públicos, de políticas públicas no centro de São Paulo.

O camarada falou da importância do centro de São Paulo como um espaço turístico, eu venho de uma cidade onde o centro da cidade não tem esse espaço como turismo

principalmente noturno, aqui em São Paulo já é modificado, já tem essa diferença, então como fazemos para que essa vida noturna dessa cidade cosmopolita, que é São Paulo, principalmente como é vendida para fora, e ultimamente não está sendo, vai retornar. A questão da violência não anda sozinha, anda acompanhada por inúmeros fatores sociais e econômicos. Quando você não tem geração de emprego, não tem geração de renda, não tem educação, o crime toma conta, porque o crime é convidativo, quando o estado falha, o crime ocupa. Então quando o Estado se ausenta, aquele espaço onde o estado não vai, onde o estado não ocupa, é ocupado, porque não existe espaço nesse vácuo, então é o crime que vai organizar esse povo. É o crime que vai estar lá ocupando o espaço. Vemos muito no último período isso, o aumento de violência porque a educação foi diminuída, a questão econômica e a fome aumentaram, a fome aumentou no Brasil de uma forma constante, as pessoas vivem em situação de rua no centro de São Paulo não é porque é legal e vai economizar e não vai pagar aluguel, é porque elas não conseguem pagar um aluguel.

Eu acho que a gente tem de pensar a questão da segurança, mas sabendo que ela anda em conjunto com social e com o econômico. Não adianta muito colocarmos inúmeras câmeras no centro de São Paulo, ou colocar policiais, é importante, é muito importante, mas se a gente não tiver isso junto, andando com social e com econômico e com políticas públicas permanentes e não de uma gestão, nada disso vai funcionar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Saúdo hoje o Dia do Assistente Social, e da Assistente Social. Profissionais valorosos cada vez mais procurados, necessariamente não seria o ideal, mas a tarefa de vocês é cada vez mais árdua e, durante esse período da pandemia, então, nem se fala, o papel de vocês.

Tem a palavra a Sra. Luiza Saliba.

A SRA. LUIZA SALIBA – Bom pessoal, tudo que foi falado aqui só me leva a confirmar uma coisa, nós donos de bares e restaurantes nós abrimos e fechamos nossos comércios para fazer uma coisa importantíssima pelo Brasil, nós divulgamos a gastronomia da

quinta maior capital do mundo em gastronomia, que é o Brasil, nós divulgamos comida brasileira, nós divulgamos o pastel, a coxinha, o acarajé, a cerveja nacional, a cachaça, os seus produtores que são mais de 5.000 pelo Brasil, gente que dá emprego, paga imposto. Nós fazemos isso, ao abrir e ao fechar as nossas casas, nós proporcionamos turistas vindo na cidade para trazer dinheiro, nós damos emprego.

Eu queria me dirigir ao Gabriel, do Taboão, é para você, Gabriel, para a sua família, para sua mãe, seu pai e seus filhos que eu abro a minha casa às 10 da manhã e eu fecho às 23h30, é para sua família que eu lavo o banheiro, limpo a calçada, tiro fezes humanas da minha calçada. Eu já tive quatro vezes mesas e cadeiras tiradas da minha casa às 10h30 da manhã, quando estava montando a casa num sábado. É para você brasileiro, é para você que vem de fora prestigiar o meu país e deixar divisas aqui que eu trabalho, mesmo aposentada da educação, mesmo aposentada da minha área que é publicidade.

Eu queria dizer à Secretária Soninha que de tudo que foi dito aqui eu discordo de uma coisa, nós, população brasileira, a população paulistana, como eu sou paulistana, nós não temos informações sobre horário que nós temos que pôr o lixo na rua, horário que o morador tem que cuidar da calçada dele e nós somos responsáveis pela nossa calçada, nós donos de bares e restaurantes, temos responsabilidades, além daquelas que vocês vêm na mídia, além daquelas que a gente divulga, um prato bacana, uma promoção. A gente tem que cuidar da calçada para o transeunte, a gente tem fios roubados. Na minha casa, eu já tive fios roubados várias vezes, fio de cobre para gerar dinheiro para o pessoal da cracolândia, que eu, entre aspas, sustento, dou comida desde 30 de março de 2020. Eu doei comida, água, garrafinhas de 500ml. Doei e doo até hoje. Rua sem Fome, Rua sem Frio. Quando a gente sai para doar 100, 150 marmitas por essa cidade em que eu amo andar, vejo a tristeza de hoje ter a minha cidade tão abandonada, muito abandonada. A gente saía, eu e meu marido, para levar marmitas; o que a gente via pela rua? Moradores catando lixo para comer.

CTA, que você citou, não são abandonados não. Tem um CTA aqui em Campos Elíseos, que abriga 200 homens, isso eu digo sempre. Tem uma casa de senhoras aqui na

Higienópolis que forma mulheres para serem cuidadoras. A região em que estou, divisa entre Santa Cecília e Higienópolis, é uma região que recebe muita gente, 20 mil trabalhadores por dia: Santa Casa, gente que vai fazer faxina. Essa gente vinha para o bairro para consumir em outros momentos.

Eu tenho um amigo no Arouche que tem um restaurante que fez, na semana passada, 69 anos de existência. Ele iria receber 20 alunos na semana retrasada para falar de gastronomia francesa. A professora, infelizmente, colocou no “zap” dos alunos: “Vocês vão para o centro? Não façam isso, vocês vão ser roubados, vão ser assaltados e sabe-se lá se vão voltar com vida amanhã”. Ela destruiu a reunião por má informação, que foi tão negativa que apareceram só 3 alunos na reunião de almoço em que ele iria dar uma palestra. Eu recebo estrangeiros do mundo inteiro na minha culinária baiana, e acho que também outros donos de bares que eu conheço recebem pessoas de todos os outros países, que vêm atrás da nossa culinária, que vêm atrás da nossa receptividade, do nosso calor humano ao tratar as pessoas. Mas, do jeito que estão denegrindo a imagem do centro de São Paulo: Praça da Sé, um horror; Avenida Paulista, triste.

Vêm falar de PSIU, gente? O PSIU atuava a partir de 1 hora da manhã. E agora, que a gente fecha mais cedo? E agora, que a gente manda o funcionário mais cedo para casa por preocupação nossa de ele chegar bem em casa? E agora, que a gente fecha mais cedo e deixa de faturar? Deixa de atender o cara que saiu do teatro, o trabalhador que sai do *shopping* 23h30min e quer comer uma comidinha e ir para casa com a barriga quentinha? A gente não pode mais atender esse povo, a gente perde dinheiro, a gente perde trabalho, divulgação e perde, muitas vezes, a coragem de trabalhar.

Falo de limpeza urbana porque fui agredida verbalmente há um mês pela empresa terceirizada da Selimp, cuja funcionária não varria a minha calçada. Ela birrou comigo um ano. Por um ano, ela não varria a minha calçada, até que um dia eu fui até o carrinho dela, ela estava trocando o saquinho do recolhimento para recolher em outros estabelecimentos, eu fui jogar no carrinho dela as fezes humanas que eu catei da minha porta, e ela me devolveu.

Conclusão: nós precisamos de ajuda. Não só donos de bares e restaurantes, mas a nossa cidade de São Paulo precisa de ajuda. Já tive dois celulares roubados na porta do meu estabelecimento. Só tenho a dizer o seguinte: nós precisamos de ajuda. Nós precisamos de informação e nós precisamos de proteção. Aí, a gente consegue trabalhar para a melhoria da pessoa que está na rua, da pessoa que está sem emprego, da pessoa que está passando fome. A mão de obra no Brasil hoje em bares e restaurantes está na casa de 700 mil vagas. Eu agradeço, mas acho que temos todos que nos unir ainda mais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Rapper Pirata. O Dr. Pela tinha levantado a mão, e o Leo também. Nós vamos fazer alguns encaminhamentos aqui.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (Rapper Pirata) – A minha fala vai ser rapidinha. Só quero lembrar a vocês que a cidade de São Paulo é uma grande metrópole como qualquer metrópole do mundo, e todo mundo que está na cidade é da cidade de São Paulo sabe que tráfico não vem de metrô, não vem na malha de transporte. Não adianta. Crime, se eu pegar isso aqui e esconder (orador faz gesto para a câmera), é um crime se isso aqui for legal. Só vou fazer uma ilegalidade se isso for legal; senão, não é.

Então, não adianta colocar câmera e dizer que o cara cometeu um B.O.; porque, aí, a gente está prevendo. Aí, a gente sabe o que é racismo, sabe o que é preconceito. Um monte de gente vem aqui e faz umas falas, mas nunca observa que sempre a gente está culpando o outro pelos problemas que são coletivos de uma sociedade.

A cidade de São Paulo é uma cidade que tem um Orçamento de 100 bilhões de reais. A cidade privatizou uma parte do Anhangabaú, e lá estão garantidos os donos dos bares. A Secretaria de Cultura coloca os palcos lá com dinheiro público, as pessoas se apresentam, todo mundo acha “da hora”, o cara faturando; mas, enquanto isso, em volta, culpada é a pessoa que vive em situação de rua. A pessoa só vai fazer fezes na rua porque é um ser humano como nós: ela transa, faz fezes. Se não tem banheiro, onde ela vai fazer? A gente nunca se colocou no lugar do outro. Essa é a cidade de São Paulo. Essas falas têm que parar. São as mesmas falas

de cem mil anos atrás.

Tráfico de drogas: 1950, Campos Elíseos, venda de cocaína. cracolândia: é o lugar mais seguro do mundo. E não é cracolândia: lá tem delegacias em volta. A pergunta é: eu dou comida; droga, eu vendo. Alguém está ganhando muito dinheiro naquele rolê, só que a gente não se faz essas questões, a gente não observa isso. A gente quer proteger o nosso: “sou patrão”, *etc.* Só que, aí, a cidade de São Paulo é uma cidade de serviços, não é uma cidade industrial. Precisa ter indústria na cidade de São Paulo, aí vai aumentar, vai ter bastante gente na cidade.

Os bares têm a sua legitimidade, entendemos. Mas só temos que tomar cuidado porque as falas são as mesmas, sempre o perigo é o outro. Só que, aí, fica caro.

“Ah, os moleques roubaram o celular”. A ciclovía era “da hora”; agora andar de bicicleta é crime. Olha aonde nós vamos chegar. As pessoas vão em cana, 2014, Fundação Casa. O MBL gosta de falar dos dados, eu falo do antiestado. Então, precisa pegar as coisas do Estado e observar com mais qualidade. Em 2014, havia 10 mil adolescentes em conflito com a lei dentro da Fundação Casa. Em 2023 há 4 mil. Onde está a violência que a mídia fala para a gente? O que era tráfico de drogas? Papelote? Desculpem. A mercadoria que mais vende no capitalismo para as pessoas que gostam do capital é a droga. Ela vende muito e rápido. Aí, vêm falar que pegaram um pouquinho de droga e dizem que por aquilo se prendeu não sem quem.

A gente precisa enxergar outra cidade. E, aí, a segurança pública precisa ser outra segurança pública, porque nós só vivemos esse drama por causa dessas coisas. E não se pode esquecer que a maioria das pessoas que estão nas ruas é por causa do álcool, e as pessoas faturam com o álcool.

Soninha, parabéns pelo seu trabalho, é importante o que você está fazendo. Tem 50 mil pessoas em situação de rua, e as pessoas estão tendo alimentação. Pelo menos, você está fazendo algumas ações voltadas para as pessoas em situação de rua.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Pirata. Vou fazer alguns encaminhamentos. O representante do PSIU ainda está conosco de forma *on-line*?

O SR. LEANDRO FONSECA CAMPOS – Estamos aqui sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Há um projeto de lei nesta Casa, para fazer justiça, do Vereador George Hato e dos ex-Vereadores Alfredinho – hoje Deputado Federal, Ari Friedenbach, o saudoso Jonas Camisa Nova e Mario Covas Neto. Objetivamente, o projeto instituiu um valor máximo de 2 mil reais para a multa do PSIU. Se eu não me engano, e a Soninha estava aqui conosco, a multa era de 32 mil reais, e nós aqui aprovamos uma lei que reduziu para 12 mil, não é isso? O que ainda é um absurdo.

O SR. LUIZ GUILHERME FERREIRA – São até quatro. Primeiro, é uma orientação. A primeira multa, 14 mil. A segunda dobra, vai para 28 mil. A terceira é 39 mil.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Positivo. Quatorze é porque se atualizou. Na época então, ela se transformou em 12, mas eram 32 mil. Lembro-me.

O SR. LUIZ GUILHERME FERREIRA – A lei anterior do PSIU era melhor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, não.

O SR. LUIZ GUILHERME FERREIRA – É porque é de acordo com o número...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O valor da multa.

O SR. LUIZ GUILHERME FERREIRA – O valor da multa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom enfim, a justificativa aqui é que vai se regularizar isso aqui. Então, acho que esse projeto tem que ser aproveitado e aperfeiçoado em alguns aspectos, porque não adianta a gente querer fazer aqui nem palanque para se criar uma lei. Vamos aproveitar o que temos aqui na Casa. Já é uma proposição.

Aqui poderíamos criar uma comissão de estudo, juntando aquilo que foi reunido aqui hoje. Eu acho que está bacana. Aqui não há problema. A gente põe para andar. Eu presido uma comissão que é do impacto financeiro. Tudo é impacto financeiro.

Lembro-me quando a Soninha ajustou os programas na área da Assistência aqui. Eu tive a satisfação de designá-la sub-relatora, e eu pedi para ela elencar aqui para mim. São 13 programas que existem, programas e equipamentos, fora a questão da locação social, da parte da habitação Pode Entrar, da cidade.

O Pirata coloca que há delegacias, batalhão e companhia no entorno. Calma. Eu estou dizendo que, se há um lugar onde não faltam equipamentos sociais, é o centro da cidade de São Paulo e o centro expandido. Nós somos treze milhões. Logo, a dificuldade é outra. A figura central de tudo vocês sabem o nome, da figura central de tudo isso. Não é isso? É aquele que põe - os coitadinhos - me permitem - é assim que tratam eles? Para fazer as coisas, que faz chamar o delegado, que faz chamar o comando da Polícia, que faz chamar... Enfim, esse é um grande desafio.

É evidente que o trabalho feito aqui e colocado pela Polícia Civil e pela Polícia Militar se faz necessário. É evidente que naquilo que vocês colocam aqui há uma perseguição. Agora eu sou oposição aqui, sou no Estado e não sou em Brasília. Dos três poderes, há dois que são os melhores, que são constituídos pelo povo, que são o Executivo e o Legislativo. Eu não me proponho a estar feliz a nível federal e não estar a nível estadual e a nível municipal, quando se trata de tamanha complexidade das coisas.

Então, acho que é da minha natureza política, é da natureza política desta Casa. Eu não consigo imaginar que um cidadão ou uma cidadã da cidade de São Paulo esteja satisfeita. Se vocês querem saber se eu já pedi para o meu filho e para minha filha evitarem de vir ao centro, eu infelizmente já disse sim. É muito triste isso. Essa cidade é a capital nacional da gastronomia. Houve uma feira da reforma agrária agora, que foi um estouro do ponto de vista da diversidade para a cidade de São Paulo, sem nenhuma ocorrência lá dentro.

É por isso que tudo o que a senhora coloca... Cadê a assistente social que colocou... É que não há tempo hoje para uma reflexão mais profunda. Também eu gostaria de falar aqui, por 30 ou 40 minutos, sobre o que foi o processo de armamento nos últimos quatro anos aqui neste país, de forma deliberada, desenfreada e desorganizada. Certamente muitas dessas armas foram dar alguns disparos por lá, onde nós estamos discutindo hoje. Não é isso, Coronel?

Então, OK. Entende-se que quem tem que andar armado é a Polícia. Então, eu acho que a gente tem um debate muito profundo a fazer. Agora debater também não é o suficiente. Eu acho que nós temos que agir de uma forma rápida e objetiva, porque é a necessidade de

vocês. Há tempos que vocês vêm pedindo que a gente faça esse encontro aqui.

Não fiquemos preocupados com o número de pessoas. Está registrado. Esse folheto eu considero um documento oficial. OK? Protocolado aqui.

Com a permissão de todos, podemos ouvir a Soninha e ouvir um dos representantes dos bares aqui. Pode ser? Aí nós faremos o encaminhamento.

Esse projeto de lei a gente pode ter coautoria com os que estão na Casa aqui. Podemos aproveitar e aperfeiçoar. Vocês nos ajudem e podemos criar um comitê. O que eu propus mesmo? Aqui há comitê de crise, há subcomissão, há muitas coisas aqui, comissão de estudos...

A SRA. SONINHA FRANCINE – Comissão de estudos. A sua proposta foi comissão de estudos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. A Soninha e vocês aí entendam que uma representante pode fazer a fala final também.

Tem a palavra a Sra. Secretária Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente.

Pelo adiantado da hora, não vou conseguir responder nem vou me propor a responder todas as perguntas, mas em relação ao aspecto muito, muito pontual, que é o do Bom Prato fechado na Santa Cecília. Ele foi fechado porque o prédio precisava de reformas urgentes. Aí o mesmo número de refeições que estava sendo distribuído ali está sendo distribuído em dois Bons Pratos móveis, como já foi adotado em outros lugares, na zona Sul, por exemplo.

Então, as mesmas refeições do Bom Prato ali estão sendo distribuídas enquanto aquele imóvel... Eu não sei como o Governo do Estado decidiu, se é reformar aquele mesmo imóvel ou se é procurar outro. E a gente já tem ordem do Prefeito para abrir outro Bom Prato na região central.

Então, estamos procurando imóvel também junto com o Governo do Estado e a Prefeitura, desde a aprovação de uma lei aqui, na Câmara, no ano passado. Agora também passa a abrir Bons Pratos em parceria com o Governo do Estado. Antes era um programa 100%

estadual e agora a Prefeitura paga metade da conta e reforma o imóvel. Enfim, aí já há um Parelheiros, um no M'Boi Mirim e outros vão ser abertos.

Então, essa é uma questão que nos aflige não só a fome, mas à segurança alimentar e nutricional e à cidadania. A gente distribui cinco mil marmitas, por dia, para pessoas em situação de rua, mas a gente não acha que essa é a melhor maneira de se garantir cidadania e segurança alimentar e nutricional. É combate à fome.

Então, a gente está investindo em novos serviços e em novos lugares, para que as pessoas consigam se alimentar dignamente.

Aliás, eu estava me lembrando aqui que, nos pontos onde a gente faz a entrega de refeições prontas para pessoas em situação de rua, também vêm pessoas domiciliadas, tamanha a dificuldade, tamanha a crise, que as pessoas entram na fila do marmitex, para levar refeição para sua casa e para sua família.

Então, como foi dito aqui - acho que o rapaz já não está mais - a gente precisa sim descentralizar os serviços da Assistência Social. Na verdade, não é nem descentralizar, mas tem que cobrir o centro e também os bairros.

Então, quando a gente investe em cozinhas comunitárias nos bairros, a gente permite que as pessoas não precisem vir para o centro para conseguir comer, porque há gente que acha que se a gente não distribuísse marmita no centro, as pessoas iam embora do centro e não iam ficar na calçada. Não, elas vêm porque, no centro, se consegue alimentação de um jeito ou de outro, ficando disponível.

Então, não significa fechar serviços no centro e abrir em outros lugares, mas sim a gente precisa também de outros serviços socioassistenciais nos bairros, para que as pessoas não venham para a calçada, porque, lá, de onde elas vieram, não conseguiriam se alimentar.

A SRA. LUISA SALIBA – Me permite, por gentileza, Secretária. Só mais uma informação: Nas nossas doações, nós tínhamos os entregadores de marmitas, *iFood*, *Lalamove*, seja lá o que for, pegando marmita para comer. E havia senhoras que iam com o carrinho de feira pegando toda a comida que podiam para levar para o bairro delas.

E uma coisa importante que aconteceu, em julho de 2020, é que aqui, no Largo do Arouche, foram instaladas máquinas de lavar roupa - não sei se vocês souberam disso - chuveiros, todos assim individuais. As pessoas lavavam roupas. Uma senhora que vinha lá pegar comida comigo lavava roupa às cinco horas da manhã, passava, pegava a comida e ia para o seu bairro. E as pessoas se banhavam.

Então, isso aconteceu por alguns meses. Isso não aconteceu mais. Então, há projetos aí que a gente ouve falar que não estão acontecendo infelizmente. Eles teriam que ser perpetuados. A pandemia passou, mas a desgraça que ela deixou está aí infelizmente.

A SRA. SONINHA FRANCINE – O Vereador mencionou aqui 15 programas e ações diferentes das várias Secretarias, mas a gente se pergunta do que adianta e se está funcionando. A diferença dos novos programas que estão sendo implantados hoje é que eles são mais realistas. Não adianta mais a gente pensar em criar serviço para pessoas em situação de rua, no centro ou nos bairros, para mil pessoas, como foi feito em várias gestões sucessivas. Pensar que, se são 30 mil pessoas em situação de rua, precisamos de grandes equipamentos e vamos fazer um centro de ajuda para mil pessoas, isso não funciona. Por isso, hoje, as novas políticas são bem mais realistas. Se antes era necessário um grande imóvel para mil pessoas, hoje a gente sabe que isso não funciona. É preciso abrir muitos novos serviços, formas de acolhimento, de habitação, de moradia social em dimensões menores. O desafio seria de achar 30 imóveis, sendo que as pessoas rejeitam o tempo todo não só os bares, mas os equipamentos socioassistenciais.

Então, ao mesmo tempo em que a gente vive um momento de engajamento, de muito mais gente interessada em fazer alguma coisa para contribuir com a transformação de repulsa, rejeição e ódio, a gente também tem que lidar com isso. Mas o Vereador propôs uma comissão de estudos, e eu acho que o Legislativo é um bom lugar para ter esse encontro entre atores diversos da sociedade, como o setor privado, os movimentos sociais, os moradores, os empreendedores, os donos de bares e restaurantes e os representantes do Executivo.

Um exemplo de um outro modelo é o Gabicon - Gabinete de Conciliação do Tribunal

Regional Federal - TRF Sudeste, um espaço incrível de mediação cuja ideia é resolver os conflitos. Ele é equidistante e, dependendo das questões debatidas, também confidencial. No Legislativo, seria algo nesse sentido, sediado aqui, que pode ser muito interessante pela abordagem de questões concretas; não posso nem dizer pontuais, porque são repetidas e recorrentes. Em alguns casos, a gente vai concluir que é preciso melhorar a aplicação da lei que já existe e, em outros casos, a gente vai concluir que é preciso rever a lei, e o Legislativo também é um bom lugar para isso. Por exemplo, quando a funcionária da empresa de limpeza não quer varrer a calçada é porque, por incrível que pareça, a limpeza da calçada é responsabilidade do possuidor do imóvel e, sob a responsabilidade da empresa contratada, fica a limpeza apenas do meio-fio. O que acontece é que, às vezes, de boa-fé ou má-fé, as pessoas varrem a sujeira da sua calçada para a sarjeta, porque alguém vai fazer a limpeza dessa sarjeta. Então, é preciso mesmo um lugar para rever se a regra está certa ou errada. Caso esteja errada, há que se modificá-la, mas, se estiver certa, como fazer para fazê-la funcionar?

Sobre essa ideia do Vereador de uma comissão de estudos, já existe a CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito e a CPE - Comissão Parlamentar de Estudos, que eu acho um modelo bem interessante para a sociedade se encontrar, se reunir e produzir transformações.

A SRA. LUIZA SALIBA – Desculpe-me mais uma vez, mas sobre essa questão da limpeza urbana, eu vivi uma situação há um mês e eu preciso alertar os meus colegas donos de bares. Após um varredor ficar um ano me desafiando, se recusando a limpar a minha calçada sob a alegação de que só poderia varrer da guia para baixo, eu fiz uma ronda pelo bairro durante cinco, seis noites, passando pelo Arouche até a Rua Rego Freitas, e perguntei para outros varredores se seria dever deles ou não varrer a calçada do pedestre, e eles me responderam que, sim, tinham que varrer a calçada e deixar tudo limpo. Depois de um incidente que eu tive com a varredora da minha rua, eu chamei o representante da Selimp, empresa terceirizada responsável pela limpeza de São Paulo, que conversou comigo e me disse que algumas ruas só eram varridas da guia para baixo, mas, em alguns bairros, a varrição era de toda a calçada. Portanto, há uma incoerência muito grande já na distribuição de tarefas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, Luiza.

Tem a palavra o Leo Henry, do La Casserole, no Largo do Arouche. (Pausa) Fica prejudicado.

Então, vamos ouvir o representante dos bares. Peço que seja o mais sucinto possível para que concluamos a reunião.

O SR. LUIZ GUILHERME FERREIRA – Vou ser sucinto desta vez, Presidente.

Resumindo, a lei, da forma como está, inviabiliza o nosso negócio, porque a sua aplicação não tem qualquer possibilidade de explicação ou conversa com os setores da subprefeitura e do PSIU, que parecem não se conversarem, e a gente não tem informação sobre isso. Por isso, a proposta do grupo, que já está na carta aberta, é, em primeiro lugar, o diálogo e, depois, partirmos para a regulamentação da fiscalização, o valor das multas e uma possível comissão para mediar os conflitos. Complementando a fala da Soninha, existe uma estrutura no Tribunal de Justiça chamada Cejusc, que também busca a resolução de conflitos processuais.

Eu me senti contemplado pela fala do Igor em relação a faixas de isenção de TPUs, mas acho que entra na questão dos nossos estudos.

São esses os meus encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos combinar o seguinte: vamos aperfeiçoar o projeto de lei e queremos a contribuição de vocês. Por uma questão de andamento, eu vou verificar com os membros da Comissão de Orçamento e Finanças a possibilidade de uma coautoria e, certamente, todos os Vereadores terão interesse em ajustar isso.

Vamos caminhar com o que já temos. Ganhamos um bom tempo, apesar de eu não saber em que pé está o projeto de lei das multas; provavelmente deve estar por aqui, parado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, mas ele não...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode ter ocorrido. A gente vai fazer aquilo que for mais rápido. Eu diria um comitê de estudos e de ação, porque há 17 bilhões em caixa para o

Prefeito criar novos programas e 15 bilhões para ele executar aquilo que já foi programado e consta do Plano de Metas. Eu não podia perder esta oportunidade de falar isso.

O encaminhamento, portanto, fica assim e, durante todos os dias desta semana, as assessorias vão estar se comunicando. Em nome da Bancada do PT, eu já posso afirmar que estou autorizado, com anuência do Líder Senival – e a Vereadora Luna Zarattini também propôs esta audiência juntamente comigo e com o Vereador Hélio Rodrigues –, a dizer que, com certeza, nós teremos as assinaturas necessárias.

No caso da instalação da Comissão de Estudos, é uma prerrogativa da Comissão. Só para lembrar que seriam a Comissão de Cultura, a Subcomissão de Juventude e a da Tarifa Zero.

Eu quero agradecer todos vocês pela participação. Desculpem-me pela arrogância de interromper a fala de alguns, mas eu compreendo que esta reunião foi uma largada e, na minha opinião, uma grande largada.

Muito obrigado a todos e a todas. Até a próxima, e que seja breve. Um abraço.

(Palmas)